



Senhores Acionistas,

A Marcopolo S.A. (BOVESPA: POMO3, POMO4), uma das principais empresas mundiais dedicadas ao desenvolvimento de soluções para o transporte coletivo de passageiros, divulga os resultados referentes ao desempenho de 2007. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e com nota de reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado do exercício para o IFRS (International Financial Report Standards). Conforme mencionado ao longo do texto, as informações podem referir-se a dados consolidados, ou da controladora empresa. Exceto onde de outra forma indicado, os dados são consolidados e apresentados em Reais.

**Receita líquida cresce 21,6% e produção consolidada
aumenta 20,1% em 2007**

- ❑ Receita líquida consolidada de 2007 atinge R\$ 2.129,2 milhões, ou 21,6% superior aos R\$ 1.750,3 milhões em 2006.
- ❑ Lucro bruto totaliza R\$ 362,5 milhões, um aumento de 9,9% em relação aos R\$ 329,7 milhões em 2006.
- ❑ Margem bruta cai 1,8 ponto percentual de 2006 para 2007, para 17,0%.
- ❑ Lucro líquido cresce 9,5% em 2007, para R\$ 132,3 milhões.
- ❑ EBITDA ajustado aumenta 11,1% e totaliza R\$ 229,1 milhões em 2007.
- ❑ Margem EBITDA ajustada cai para 10,8%, ante 11,8% em 2006.
- ❑ Produção consolidada cresce 20,1% em 2007, para 17.807 unidades.

(R\$ milhões; exceto percentuais e lucro por ação)

Indicadores Financeiros	2007	2006	△
Receita operacional líquida	2.129,2	1.750,3	21,6%
Receitas no Brasil	1.231,2	929,5	32,5%
Receitas de exportações e no exterior	898,0	820,8	9,4%
Lucro bruto	362,5	329,7	9,9%
Margem bruta	17,0%	18,8%	(1,8)pp
Lucro operacional antes do resultado financeiro	133,3	134,1	-0,6%
Lucro líquido	132,3	120,8	9,5%
Margem líquida	6,2%	6,9%	(0,7)pp
Lucro por ação ⁽¹⁾	0,591	0,540	9,4%
EBITDA ajustado ⁽²⁾	229,1	206,3	11,1%
Margem EBITDA ajustada	10,8%	11,8%	(1,0)pp
Caixa e equivalentes a caixa	566,6	440,5	28,6%
Retorno sobre o capital investido (ROIC) ⁽³⁾	15,6%	21,2%	(5,6)pp
Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) ⁽⁴⁾	24,7%	26,0%	(1,3)pp

⁽¹⁾ Os dados estão atualizados para refletir a bonificação de 100,0% decidida em Reunião do Conselho de Administração de 25.08.06;

⁽²⁾ O EBITDA/LAJIDA (ajustado) não considera os ganhos ou perdas por variações cambiais sobre investimentos e sobre adiantamentos de contrato de câmbio;

⁽³⁾ ROIC (Return on Invested Capital) = EBIT (estoques + clientes + imobilizado - fornecedores) = média;

⁽⁴⁾ ROE (Return on Equity) = Retorno sobre o Patrimônio Líquido;

pp= pontos percentuais.

Desempenho Setorial

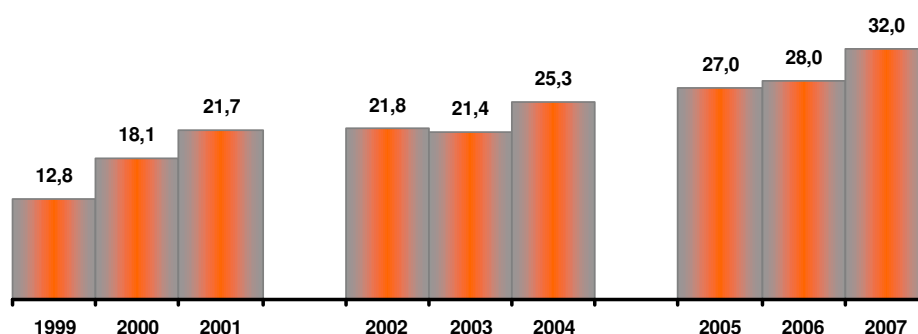
De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (FABUS) e o Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários (SIMEFRE), as carrocerias produzidas pelo setor em 2007 totalizaram 32.027 unidades, contra 27.952 em 2006, um crescimento de 14,6% entre um e outro período. Se considerada a produção dos veículos do tipo VOLARE a produção nacional atingiu 35.186 unidades, ou 14,2% acima das 30.807 fabricadas em 2006. Excetuando-se os miniônibus (outros que não os modelos Volare), todos os grupos de carrocerias apresentaram significativo crescimento em 2007.

O mercado doméstico, relativamente estagnado entre 2003 e 2005, apresentou demanda vigorosa em 2007, resultando num crescimento de 19,1% sobre 2006 (excluindo o VOLARE). O fato é tanto mais significativo se for considerado que a produção de 2006 já havia crescido 22,7% sobre a média do triênio 2003/2005. A manutenção do alto nível de demanda no mercado interno é atribuída, não exclusivamente, mas principalmente, aos seguintes fatores: (i) ampliação, pelo BNDES, do volume de recursos de financiamento, extensão do prazo de carência, das condições de amortização dos empréstimos e juros mais baixos; (ii) aumento no número de passageiros, fruto do crescimento de empregos estáveis, da renda disponível da população, do fretamento de ônibus e do aumento no turismo; e (iii) percepção, pelos transportadores, da economia de combustível e redução das despesas de manutenção dos veículos e queda nos índices de poluição proporcionados pelos motores Euro III.

Para o mercado externo, em 2007, foram exportadas 10.105 unidades, ou 5,9% acima do volume de 2006. Diminuiu a exportação de carrocerias rodoviárias e micros, o que foi plenamente compensado pelo crescimento de 16,8% nos modelos de carrocerias urbanas. Historicamente, a demanda nos mercados latino-americanos vem apresentando pequenas oscilações e continuados ciclos de modesta expansão. O atendimento de pedidos pontuais de grandes quantidades em alguns exercícios (a exemplo de 2005) e sua não repetição em outros, exigem grande flexibilidade na produção e agilidade na resposta da indústria nacional. Noutros mercados do exterior – como o Oriente Médio - a capacidade competitiva foi prejudicada pela sobrevalorização do Real.

Sob a visão de longo prazo, o gráfico que segue mostra que, no transcurso dos últimos nove anos, a produção por triênio está evoluindo para patamares cada vez mais elevados. Por exemplo, em 1999/2001 a média anual foi de cerca de 17,5 mil carrocerias. Já no triênio 2002/2004, saltou para 22,8 mil unidades, um notável crescimento de 30,3% sobre o triênio anterior. No mais recente período, de 2005 a 2007, a média anual foi de 29 mil carrocerias, um novo e substancial avanço de 27,2% sobre o triênio anterior. Assim mesmo, a Administração entende que, pela dimensão dos mercados servidos pelos fabricantes nacionais, estes deveriam demandar um maior número de ônibus para, pelo menos, acompanhar o crescimento vegetativo das populações e do desenvolvimento tecnológico dos veículos, evitando a obsolescência e menor segurança dos modelos mais antigos. Os dados da produção dos três últimos triênios podem ser visualizados no gráfico que segue:

PRODUÇÃO BRASILEIRA POR TRIÊNIO (em mil unidades)



**PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CARROCERIAS/ÔNIBUS
TOTAL (em unidades)**

Produtos ⁽³⁾	2007	2006	2005 ⁽²⁾	2004 ⁽²⁾	2003 ⁽²⁾
Rodoviários	7.969	6.937	6.989	6.251	4.662
Urbanos	19.343	16.155	15.804	12.727	10.643
Micros	4.303	4.217	3.473	5.074	4.613
SUBTOTAL	31.615	27.309	26.266	24.052	19.918
Minis (LCV) ⁽¹⁾	412	643	717	1.228	1.463
TOTAL	32.027 ⁽⁴⁾	27.952	26.983	25.280	21.381

Fonte: FABUS (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus) e SIMEFRE (Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários).

- ⁽¹⁾ Os dados da Produção dos Minis (LCV - Light Commercial Vehicles) não incluem a produção de unidades integrais tipo Volare;
⁽²⁾ Em face da associação a FABUS da nova fabricante Mascarello Carrocerias e Ônibus, foram incluídas 604 unidades em 2004 e 849 unidades em 2005, as quais não haviam sido registradas naqueles exercícios. Foram também ajustados em 2003 os dados da produção de 2002, da Irizar, não considerados naquele exercício;
⁽³⁾ A partir de 2001, as unidades exportadas em KD (desmontadas) passaram a ser incluídas nas quantidades produzidas;
⁽⁴⁾ No total da produção brasileira de 2007 não estão computados os números de dezembro da fabricante Maxibus.

DESTINO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CARROCERIAS/ÔNIBUS

MERCADO INTERNO (em unidades)

Produtos	2007	2006	2005	2004	2003
Rodoviários	4.352	3.312	3.463	2.635	2.053
Urbanos	14.497	12.005	8.493	9.338	7.619
Micros	2.661	2.452	1.734	3.211	3.248
SUBTOTAL	21.510	17.769	13.690	15.184	12.920
Minis (LCV)	412	639	630	1.149	1.448
TOTAL	21.922	18.408	14.320	16.333	14.368

Fonte: FABUS e SIMEFRE.

Vide notas do quadro - Produção Brasileira de Carrocerias/Ônibus – TOTAL.

MERCADO EXTERNO (em unidades)

Produtos	2007	2006	2005	2004	2003
Rodoviários	3.617	3.625	3.526	3.616	2.609
Urbanos	4.846	4.150	7.311	3.389	3.024
Micros	1.642	1.765	1.739	1.863	1.365
SUBTOTAL	10.105	9.540	12.576	8.868	6.998
Minis (LCV)	-	4	87	79	15
TOTAL	10.105	9.544	12.663	8.947	7.013

Fonte: FABUS e SIMEFRE.

Vide notas do quadro - Produção Brasileira de Carrocerias/Ônibus – TOTAL.

Desempenho Operacional da Marcopolo

A Administração entende que, face às circunstâncias adiante mencionadas, o exercício de 2007 foi melhor do que o planejado. Uma análise retrospectiva faz lembrar que os pressupostos sobre os quais se basearam as previsões iniciais, de outubro a novembro de 2006, eram de elevado crescimento da economia mundial, o que deveria favorecer as operações da Companhia no exterior. De outra parte, a economia nacional apresentaria desempenho pouco diferente da média dos últimos anos. Também não eram muito animadoras as previsões para o comportamento do câmbio, componente vital nos

resultados da empresa. Entendia-se como remota a possibilidade de continuada e significativa apreciação do Real, estimando-se que o dólar deveria oscilar entre R\$ 2,15 e R\$ 2,20 ao longo do ano.

O mais importante seria a estabilidade na sua cotação, fator que facilitaria a precificação e maior acuracidade e controle das margens nas exportações. Assim, pela significativa participação das exportações nas receitas da Companhia, o câmbio continuaria sendo fonte de grande preocupação. Conjecturava-se também que eventuais aumentos nos custos dos insumos seriam outro obstáculo para o atingimento da rentabilidade pretendida, devido às limitadas possibilidades de transferência daqueles para os preços. Isso tudo sugeria encarar 2007 com cauteloso otimismo. Portanto, o Orçamento Anual Consolidado contemplou a produção de 16.800 carrocerias e uma receita líquida de R\$ 1.850,0 milhão, crescimento sobre 2006 de 5,7% na receita e 7,2% no volume.

Ao longo do ano, a Administração atravessou momentos de alguma frustração e outros de intensa satisfação. O 1º trimestre de 2007 (1T07) foi pouco estimulante, gerando alguma intranquilidade quando ficou comprovado terem as montadoras sub-avaliado a demanda, do que resultou irregular e insuficiente abastecimento de chassi. A grave indisponibilidade de componentes mecânicos obrigou a Companhia a estender, para parte de janeiro e fevereiro, as férias iniciadas no final de dezembro de 2006, quando já se vislumbraram os primeiros sinais do problema. Mesmo com a economia nacional operando em nível elevado, a produção brasileira de carrocerias no 1T07, simplesmente igualou os volumes fabricados no mesmo período de 2006. No caso da Marcopolo, embora contando com uma carteira de pedidos acima do normal para aquela época do ano, a produção diminuiu cerca de 4,0% quando comparada com o 1º trimestre de 2006 (1T06). A consequência imediata foi uma queda no market share, que, de uma média histórica acima de 40,0%, baixou para 34,5%.

Com a gradativa regularização no suprimento de chassi, a partir de março, a Administração decidiu contrapor-se ao comportamento dos concorrentes e, através de uma política de preços mais agressiva, aumentou o volume de produção e vendas e recuperou a participação de mercado, mesmo prevendo-se ser inevitável abrir mão de alguma parcela do lucro. Dessa estratégia certamente resultaram perdas de receitas ao longo do ano, compensadas, porém, pelo aumento no volume.

A partir do 2º trimestre, com a retomada plena das atividades nas montadoras, a produção do setor voltou a crescer. O desempenho da Companhia foi, então, mais estimulante: a produção no Brasil cresceu cerca de 19,0% em relação ao 2º trimestre de 2006 (2T06), e as carrocerias vendidas no exterior avançaram 8,0%, resultando em aumento de cerca de 36,6% na receita líquida consolidada (R\$ 540,0 versus R\$ 395,4 no 2T06). O market share saltou para 39,2%.

No 3º trimestre de 2007 (3T07), quando o mercado melhor respondeu às novas condições e facilidades do crédito e, em função do consistente aumento no nível de empregos e do crescimento no número de passageiros transportados – além de outros fatores macroeconômicos favoráveis, todos estimulando a demanda agregada de bens de consumo ou de capital -, a produção do setor atingiu um índice de crescimento superior a 25,0% sobre o 3º trimestre de 2006 (3T06). A produção dos demais fabricantes cresceu cerca de 15,0% e a da Marcopolo, mais de 41,0%. Foi também estimulante o 4º trimestre de 2007 (4T07). Apesar do menor número de dias úteis em dezembro, nesse período, registrou-se o segundo maior volume de produção do exercício, a maior receita líquida e lucro líquido do ano. As unidades domésticas fabricaram 4.990 unidades, ou 52,4% acima das 3.274 do 4º trimestre de 2006 (4T06), crescimento suficiente para compensar a redução de 7,5% na produção das unidades no exterior.

De outra parte, ao longo do exercício, as controladas externas de maior potencial enfrentaram alguns percalços. Na Índia, a fábrica de Lucknow acabou por ser instalada de forma acelerada junto à Tata Motors, como resposta à demanda de mercado (ganho de concorrência de Nova Délhi), enquanto a fábrica de Dharwad teve suas obras iniciadas com um ano de atraso em relação à data originalmente prevista, frustrando a expectativa de produção dessa planta ainda em 2007. Na Rússia, a planta de Golitsino ressentiu-se do atraso no recebimento de chassi e, posteriormente, pela demora na

homologação dos veículos produzidos, sujeita ao atendimento das severas normas européias e numerosas normas russas. A unidade do México teve percalços resultantes da diminuição do mercado, que se revelou menos renovador de frotas no ano de 2007. Na Colômbia, a transferência para a nova fábrica concluída em julho, além das naturais perdas de produção decorrentes de um processo atípico e complexo que provocou inesperada rotatividade no quadro funcional, comprometendo a eficiência e o volume de produção. Assim, também, as plantas de Portugal e África teriam apresentado melhor desempenho não fora também a irregularidade nas entregas de chassi.

Os momentos de satisfação, todavia, resultaram de eventos que, no final, permitem poder afirmar que o exercício foi pródigo em realizações. A indústria brasileira de carrocerias cresceu 14,6% (e 14,2% considerando o Volare) e a da Marcopolo 20,1% (e 18,5% com o Volare), mais do que compensando a redução de 8,0% registrada na produção das controladas no exterior. O market share atingiu 43,6% no 4T07 e 41,5% na média anual. Também foi superada a meta de lucro, mesmo num ambiente de preços de venda menores que em 2006 fruto do acirramento da concorrência. Foram adquiridas, participações significativas nos fabricantes de carrocerias NEOBUS, de Caxias do Sul, e na METALPAR da Argentina em dezembro de 2007, abrindo novas perspectivas de crescimento e de consolidação da posição da Marcopolo no mercado.

Os dois primeiros modelos de ônibus fabricados nas instalações provisórias de Lucknow pela joint venture com a TATA, foram apresentados na Auto Expo 2008, principal feira automotiva da Índia, realizada em Nova Délhi. Em setembro de 2007, foi iniciada a construção da fábrica definitiva, em Dharwad, e as operações fabris estão agora programadas para iniciar no 4T08. Na Rússia, foram solucionados os problemas de suprimento de chassi utilizados na planta de Golitsino. A produção, em volumes ainda pequenos, teve início em outubro. Ainda em dezembro de 2007 foram entregues ao mercado as primeiras 15 unidades. Por solicitação da associada Ruspromauto, a Marcopolo dedicou-se ainda à adaptação de uma segunda fábrica, em Pavlov, onde serão produzidos microônibus urbanos. Este projeto não havia sido contemplado no contrato original e deverá ampliar as projeções iniciais de volumes e receitas na Rússia.

De um modo geral, as receitas e resultados consolidados continuaram prejudicados pelo câmbio. O excesso de oferta de dólares impediu que em qualquer período do exercício a cotação atingisse as taxas previstas. Em contrapartida a continuidade na sobrevalorização do Real, em função dos inéditos patamares atingidos pela cotação Dólar x Real, levou à adoção de drásticas alterações na estratégia de manufatura. A Administração determinou que fosse acelerado o processo de manufatura local e global sourcing.

As controladas no exterior foram instruídas e iniciaram a migração do sistema de importação de carrocerias desmontadas (CKD), a partir do Brasil - a antiga estratégia - para a manufatura e/ou aquisição de componentes nos mercados locais ou no mercado mundial, onde, mantidos os níveis de qualidade, os preços sejam mais competitivos. Para os leitores mais afeitos às atividades industriais e/ou de manufatura ficará fácil compreender a magnitude dessa transformação.

O fato é que a empresa deixará de ser um exportador de kits e montador local de carrocerias. Assim, a essência competitiva, que antes residia na competitividade dos kits exportados, na logística e na capacidade de montagem local, passará a uma competição unicamente baseada no know-how e conhecimento efetivamente trasladados para as unidades externas. Nesse novo contexto, cada planta deverá capacitar-se a manufaturar de forma independente, apesar de monitorada pela engenharia central de Caxias. Trata-se de uma significativa transformação de estratégia de manufatura, a qual está em curso, com sucesso e grandes expectativas, apesar de ainda na sua fase inicial. Nesse complexo contexto, o escritório de compras estabelecido na China já deu os primeiros passos na materialização do processo. A Companhia espera atingir economias de custos que deverão aumentar a sua competitividade em todos os mercados onde realiza negócios, inclusive no Brasil.

Produção Consolidada

Em 2007, a produção consolidada totalizou 17.807 unidades, ou 20,1% acima das 14.824 fabricadas no exercício de 2006 (quantidade esta já ajustada relativa à correta participação na Superpolo - menos 847 unidades). Apenas para efeito de comparabilidade, eliminando-se também em 2007 as 999 unidades fabricadas pela NEOBUS, a produção consolidada seria de 16.808 unidades, um crescimento de 13,4% entre um e outro período. No exercício de 2007 foram faturadas 17.637 unidades versus 13.902 em 2006. Dados sobre a produção mundial são apresentados nos quadros que seguem.

MARCOPOLO - PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA Por empresa (em unidades)

Empresas	2007	2006	Varição (%)
BRASIL			
Marcopolo ⁽¹⁾	12.764	10.576	20,7
Empresas Ligadas ⁽²⁾	4.701	3.243	45,0
SUBTOTAL	17.465	13.819	26,4
Eliminações KD's exportados ⁽³⁾	3.524	3.244	8,6
TOTAL NO BRASIL	13.941	10.575	31,8
EXTERIOR			
México	2.587	2.898	(10,7)
Portugal	166	190	(12,6)
Rússia ⁽⁴⁾	15	-	100,0
África do Sul	331	314	5,4
Colômbia ⁽⁴⁾	767	847	(9,4)
TOTAL NO EXTERIOR	3.866	4.249	(9,0)
TOTAL GERAL	17.807	14.824	20,1

⁽¹⁾ Inclui a produção do modelo Volare;

⁽²⁾ Refere-se, em 2007, à produção das empresas Ciferal (3.702 unidades) e San Marino (2.884 unidades) Da produção total da San Marino apenas 999 unidades, ou 39,6% foram incluídas nos dados do quadro acima;

⁽³⁾ Carrocerias parcial, ou totalmente desmontadas;

⁽⁴⁾ Consolidados 50,0% da produção.

MARCOPOLO - PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA Por produtos e mercados (em unidades)

Produtos/Mercados ⁽¹⁾	2007			2006		
	MI	ME ⁽²⁾	TOTAL	MI	ME ⁽²⁾	TOTAL
Rodoviários	2.485	1.856	4.341	1.615	1.821	3.436
Urbanos	4.964	3.292	8.256	3.690	3.048	6.738
Micros	953	951	1.904	558	860	1.418
Minis (LCV)	90	57	147	117	260	377
SUBTOTAL	8.492	6.156	14.648	5.980	5.989	11.969
Volare ⁽³⁾	2.830	329	3.159	2.607	248	2.855
PRODUÇÃO TOTAL	11.322	6.485	17.807	8.587	6.237	14.824

⁽¹⁾ MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo;

⁽²⁾ Na produção total do ME estão incluídas as unidades exportadas pela controladora em KD (carrocerias desmontadas). Em 2007 foram exportadas 3.524 unidades e 3.244 em 2006;

⁽³⁾ As unidades de Volare estão incluídas nas tabelas de produção Marcopolo apenas para melhor compreensão da ampla linha de produtos, da capacidade de produção e por estarem contabilizadas na receita líquida. A produção desses veículos não faz parte dos dados do SIMEFRE e da FABUS, nem da participação de mercado da Marcopolo ou da produção do setor.

PRODUÇÃO NO BRASIL E VENDAS TOTAIS (Controladora/Controladas/Coligadas)
Por Produtos e Mercados (em unidades)

Produtos / Mercados ⁽¹⁾	2007			2006		
	MI	ME ⁽²⁾	TOTAL	MI	ME ⁽²⁾	TOTAL
Rodoviários	2.485	1.690	4.175	1.615	1.603	3.218
Urbanos	4.964	3.555	8.519	3.690	2.988	6.678
Micros	953	569	1.522	558	391	949
Minis (LCV)	90	-	90	117	2	119
SUBTOTAL	8.492	5.814	14.306	5.980	4.984	10.964
Volare ⁽³⁾	2.830	329	3.159	2.607	248	2.855
PRODUÇÃO TOTAL	11.322	6.143	17.465	8.587	5.232	13.819
VENDAS TOTAIS	11.487	6.150	17.637	8.618	5.284	13.902

Vide notas do quadro - Produção Mundial Consolidada - Por Produto e Mercado.

Participação no Mercado

Nos anos recentes, o crescimento da demanda interna e a conquista de novos mercados no exterior estimularam o surgimento de novos fabricantes e, o aumento na capacidade instalada dos fabricantes tradicionais contribuiu para o acirramento na competição por volume e market share.

A Marcopolo vinha mantendo, como política, a prática de preços justos, perseguindo resultados que proporcionassem adequada remuneração do capital investido no negócio e lucratividade suficiente para a expansão da companhia. No início de 2007, contrapondo-se às ações dos concorrentes e para estancar a deterioração na participação de mercado, a Administração decidiu adotar uma política de preços mais agressiva. Ao final do exercício a participação retornou aos níveis com os quais a Administração se sente confortável.

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA - Marcopolo/Ciferal (%)

Produtos ⁽¹⁾	2007	2006	2005	2004	2003
Rodoviários	51,3	46,4	47,2	56,5	65,0
Urbanos	41,7	41,3	45,7	48,2	44,9
Micros	25,8	22,5	23,6	33,4	38,5
Minis (LCV) ⁽²⁾	12,1	18,5	27,8	18,9	31,7
TOTAL	41,5	39,2	42,8	45,9	47,0

Fontes: FABUS e SIMEFRE

⁽¹⁾ Neste quadro não está computada a participação da San Marino;

⁽²⁾ O Volare não está computado para efeito de participação no mercado.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.129,2 milhões, ou 21,6% acima dos R\$ 1.750,3 milhão do exercício de 2006. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 1.231,2 milhão, ou 32,5% acima dos R\$ 929,5 milhões do exercício anterior, representando 57,8% da receita líquida total (versus 53,1% em 2006). As exportações e negócios no exterior atingiram R\$ 898,0 milhões, versus R\$ 820,8 milhões no exercício anterior, um aumento de 9,4% sobre 2006.

A apreciação da moeda brasileira ao longo do exercício continuou penalizando o desempenho da Companhia em diversos aspectos: prejudicou o volume físico exportado, o valor nominal das receitas, as margens e o desempenho geral, que de outra forma poderia ter sido superior. As receitas por produto e mercado de destino são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.

RECEITA LÍQUIDA TOTAL CONSOLIDADA - Por Produtos e Mercados (R\$ mil)

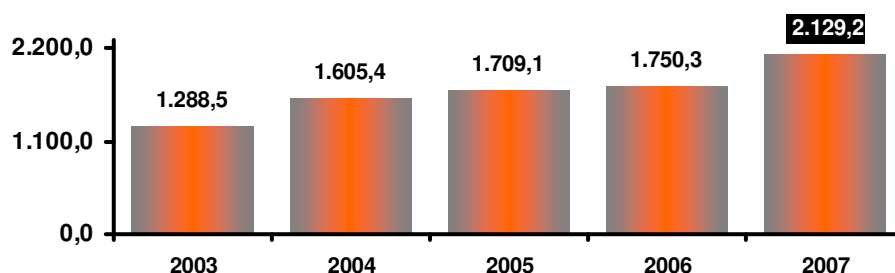
Produtos ⁽³⁾	2007		2006		Total	
	MI	ME	MI	ME	2007	2006
Rodoviários	351.595	352.395	250.417	356.270	703.990	606.687
Urbanos	355.290	258.826	268.069	271.376	614.116	539.445
Micros	57.661	53.799	34.298	51.371	111.460	85.669
Minis - LCV	9.691	5.758	6.556	13.854	15.449	20.410
Subtotal carrocerias	774.237	670.778	559.340	692.871	1.445.015	1.252.211
Volare ⁽¹⁾	314.778	37.309	276.551	20.121	352.087	296.672
Total carro/Volare/Furgões	1.089.015	708.087	835.891	712.992	1.797.102	1.548.883
Chassis ⁽²⁾	3.308	59.873	1.090	24.237	63.181	25.327
Peças e outros	138.897	129.984	92.475	83.600	268.881	176.075
Total chassis/peças/outros	142.205	189.857	93.565	107.837	332.062	201.402
TOTAL GERAL	1.231.220	897.944	929.456	820.829	2.129.164	1.750.285

⁽¹⁾ A receita do Volare inclui os chassis;

⁽²⁾ A receita de chassis refere-se a outras unidades comercializadas, exceto aquelas contabilizadas na receita do Volare;

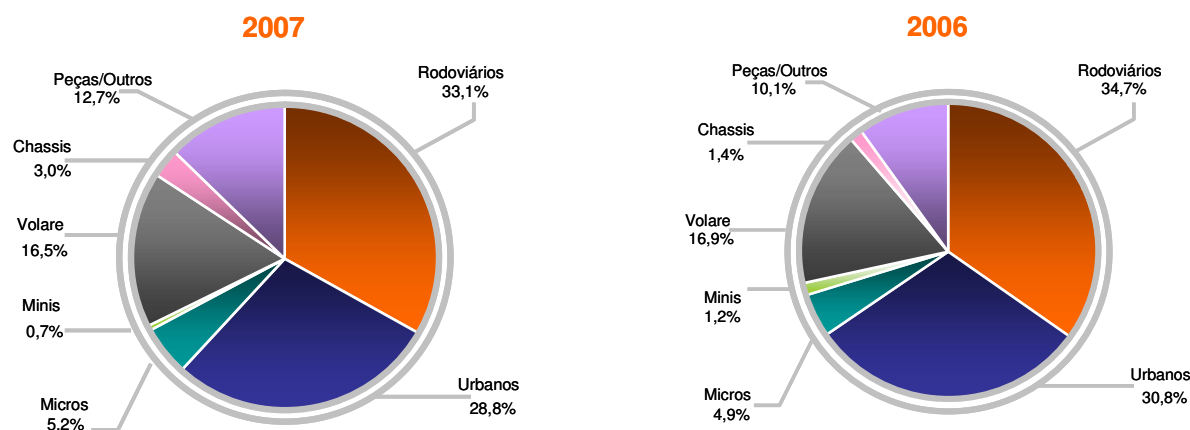
⁽³⁾ MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo.

RECEITA LÍQUIDA (R\$ milhões)



Da receita líquida total consolidada de 2007, 84,3% originaram-se das vendas de carrocerias, 3,0% da comercialização de chassis e 12,7% pelas receitas de partes, peças e do Banco Moneo. Os gráficos abaixo mostram mais detalhadamente a origem da receita consolidada por linha de produtos (em %).

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA



Custos dos Produtos Vendidos e Lucro Bruto

Em 2007, o CPV (Custo dos Produtos Vendidos) totalizou R\$ 1.766,6 milhão, ou 83,0% da receita líquida (81,2% em 2006). O crescimento de 1,8 ponto percentual no CPV resultou, basicamente, da constante apreciação do real, que diminui a receita nominal em reais e o percentual de margem bruta nas exportações, e da decisão de adotar política de preços mais agressiva, tornando-os competitivos vis-à-vis seus concorrentes. Dessa medida resultaram ganhos no volume e recuperação de market share e, por outro lado, a ela se pode atribuir parte da perda na margem bruta.

Os negativos efeitos do câmbio e da política de preços foram parcialmente compensados por: (i) crescimento no volume, economias nas compras e maior ênfase na verticalização; (ii) maior proporção de receitas no mercado interno; (iii) redução nos custos de manufatura pela introdução de conceitos de engenharia modular; (iv) menores custos fixos por unidade e, (v) maiores ganhos financeiros decorrentes das políticas de hedge.

Despesas Operacionais

As despesas com vendas cresceram 15,2%, enquanto as receitas evoluíram 21,6%. Durante o exercício foi mantido um rigoroso controle sobre todas as rubricas de despesas comerciais. O aumento nominal nessas despesas, cerca de R\$ 17,0 milhões, decorreu, basicamente, das comissões sobre vendas e, em menor escala, de correções salariais compulsórias por acordo sindical e pela inclusão nos dados consolidados das despesas das novas controladas. As despesas com vendas representaram 6,1% e 6,4%, respectivamente, da receita líquida de 2007 e 2006.

As despesas gerais e administrativas de R\$ 79,4 milhões consumiram 3,7% da receita líquida contra R\$ 72,8 milhões, ou 4,2% da receita líquida em 2006. Como nas demais contas, foi exercido controle nos gastos e, parte do crescimento resultou de ajustes salariais acordados com os sindicatos das categoriais e, principalmente, da consolidação das despesas das novas joint ventures no país e no exterior.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Em 2007, o saldo líquido dessas contas foi de R\$ 20,8 milhões negativos contra R\$ 12,3 milhões, também negativos, em 2006. Os débitos nessa conta referem-se principalmente a registros contábeis para atualização de valores históricos em função de variações cambiais sobre o ativo permanente, mas não representam prejuízos efetivos, nem saídas de caixa nos dois períodos.

O saldo de 2007 é composto por: (i) R\$ 14,5 milhões de variação cambial negativa sobre os investimentos nas controladas no exterior; (ii) R\$ 3,0 milhões por amortização de parte do ágio pago na aquisição da San Marino; e (iii) R\$ 3,3 milhões pela constituição de provisão para litígios judiciais e despesas tributárias.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido de R\$ 46,8 superou em 22,0% os R\$ 38,3 milhões contabilizados em 2006. As receitas financeiras foram de R\$ 172,1 milhões versus R\$ 186,4 milhões no exercício anterior. Na composição das receitas financeiras de 2007, cerca de R\$ 106,1 milhões resultaram de variações cambiais sobre ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras e em operações "forward" vinculadas às exportações. Outros R\$ 66,0 milhões originaram-se de rendimentos das aplicações financeiras. Nas despesas financeiras, R\$ 58,1 milhões originaram-se em variações cambiais sobre ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras, R\$ 57,3 milhões destinaram-se ao pagamento

de juros sobre empréstimos e financiamentos e despesas bancárias e R\$ 9,9 milhões foram despendidos com o pagamento de impostos sobre operações financeiras. O quadro que segue ajuda no entendimento das variações cambiais, abordadas na seqüência.

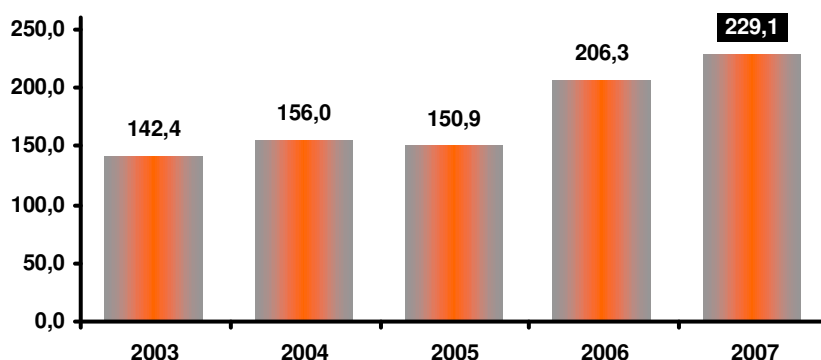
DEMONSTRATIVO DA POSIÇÃO EM US\$ SUJEITA A VARIAÇÃO CAMBIAL

	31/12/2007	31/12/2006
	US\$ mil	US\$ mil
Contas a receber de clientes	78.427	65.246
Conta corrente - Controladas no exterior	13.143	11.536
ATIVOS	91.570	76.782
Adto. contrato de exportação - ACE	-	900
ACC e pré-pagamento	21.013	30.893
Forward	127.911	62.200
Empréstimos em moeda estrangeira	7.139	8.501
Comissões e outras obrigações	10.612	5.212
PASSIVOS	166.675	107.706
SALDO FINANCEIRO LÍQUIDO	(75.105)	(30.924)
Investimentos no exterior	42.917	27.413
POSIÇÃO LÍQUIDA TOTAL EM US\$	(32.188)	(3.511)

Resultado Operacional e EBITDA (ajustado)

O EBITDA/LAJIDA (ajustado) de 2007 foi de R\$ 229,1 milhões, contra R\$ 206,3 milhões no exercício anterior, ou 10,8% e 11,8% da receita líquida, respectivamente. Os números foram ajustados segundo o entendimento da Companhia para contornar as deficiências da metodologia tradicional, que não reflete adequadamente os resultados das atividades operacionais em economias com alta volatilidade do câmbio e, principalmente, em empresas com significativa parcela das receitas oriundas de exportações e negócios no exterior.

EBITDA AJUSTADO (R\$ milhões)



EBITDA (R\$ mil)	2007	2006	2005	2004	2003
Resultado operacional	180.111	172.404	118.905	114.732	104.526
Receitas financeiras	(172.093)	(186.357)	(167.807)	(110.419)	(114.596)
Despesas financeiras	125.309	148.025	130.733	112.634	87.965
Depreciações/Amortizações	33.409	29.863	29.413	28.928	24.623
EBITDA	166.736	163.935	111.244	145.875	102.518
Varição cambial s/ investimentos nas controladas	14.477	4.255	9.118	2.792	8.635
Varição cambial vinculada às exportações	47.932	38.146	30.574	7.298	31.295
EBITDA (ajustado)	229.145	206.336	150.936	155.965	142.448

O valor positivo líquido das variações cambiais, ou R\$ 47,9 milhões, resultou das atividades operacionais de produção e vendas e, segundo o nosso entendimento, deve ser tratado como resultado operacional e ajustado no EBITDA. A interpretação está refletida no quadro acima.

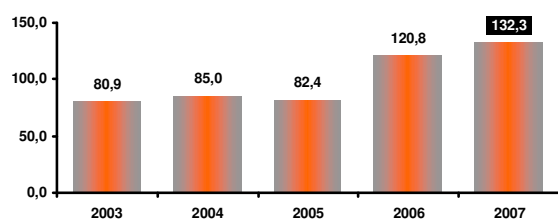
Resultado Não Operacional

A conta de Receitas/Despesas Não Operacionais apresentou saldo positivo de R\$ 7,6 milhões, resultantes de desmobilizações de terrenos e prédios existentes em São Paulo e Caxias do Sul e desnecessários para as atividades da Companhia.

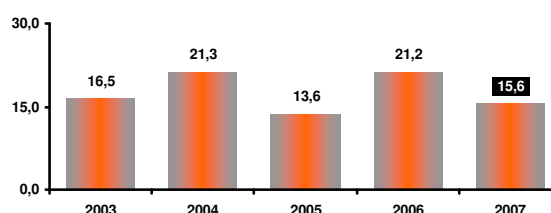
Lucro Líquido/ROIC

O lucro líquido de 2007 foi de R\$ 132,3 milhões, um crescimento de 9,5% sobre os R\$ 120,8 milhões contabilizados em 2006. O resultado significa um retorno de 15,6% sobre o capital médio do exercício versus 21,2% registrados no exercício de 2006. A evolução do lucro líquido e da taxa de retorno, no último quinquênio, é apresentada abaixo.

LUCRO LÍQUIDO (R\$ milhões)



ROIC (%)



Balanco Patrimonial

Contas específicas do ativo e do passivo registraram significativas variações nos saldos ao longo do exercício de 2007 e, por essa razão, são comentadas abaixo:

Ativo Circulante: Conta Clientes

O saldo evoluiu de R\$ 344,5 milhões em 31.12.06 para R\$ 554,9 milhões em 31.12.07. O crescimento de R\$ 210,4 milhões entre as duas datas deriva, em parte, do crescimento das receitas consolidadas e, de outro, dos financiamentos concedidos pelo Banco Moneo no valor de R\$ 41,3 milhões.

Ativo Realizável a Longo Prazo: Conta Clientes

O saldo evoluiu R\$ 117,4 milhões e teve origem no financiamento de longo prazo pelo Banco Moneo a clientes da Marcopolo, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - via Finame, que, pelas novas condições, podem entender-se por até seis anos.

Passivo Circulante: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de R\$ 417,5 milhões inclui R\$ 44,9 milhões de recursos captados pelo Banco Moneo junto ao BNDES e outras instituições financeiras, os quais, juntamente com R\$ 40,4 milhões captados por intermédio do FIDC, foram utilizados no financiamento a clientes Marcopolo. Os restantes R\$ 332,2 milhões têm origem em empréstimos contratados pela controladora e pelas controladas no exterior e foram destinados ao financiamento a clientes.

Exigível a Longo Prazo: Empréstimos e Financiamentos

Inclui R\$ 167,0 milhões captados pelo Banco Moneo, R\$ 171,6 milhões tomados pela controladora e coligadas e utilizados no financiamento a clientes Marcopolo, e outros R\$ 134,5 milhões de recursos captados pelas trading companies no exterior e aplicados no mercado financeiro.

Geração Operacional de Caixa

Em 2007, as atividades operacionais geraram recursos da ordem de R\$ 347,9 milhões e consumiram R\$ 391,9 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 180,7 milhões, sendo R\$ 109,6 milhões em ativos permanentes e R\$ 71,1 milhões em aplicações financeiras de longo prazo. As atividades de financiamento geraram R\$ 277,2 milhões. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 440,5 milhões, adicionado ao saldo inicial de controlada adquirida no exercício de R\$ 2,5 milhões, elevou-se para R\$ 495,5 milhões no final do ano. A demonstração dos fluxos de caixa dos segmentos industrial e financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

Desempenho das Controladas

O crescimento da Companhia no longo prazo estará fortemente vinculado às operações internacionais. Em 2007, as unidades no exterior produziram 3.866 unidades contra 4.249 unidades no ano anterior, ou 21,7% e 28,7%, respectivamente, da produção consolidada da Companhia. Conforme demonstrado no quadro 6.1, à exceção da África do Sul, as demais unidades apresentaram pequenas reduções na produção do exercício, o que se explica abaixo:

POLOMEX, localizada no México, é a controlada que vem contribuindo com o maior volume e a mais alta receita de vendas. A produção de 2.587 unidades foi 10,7% inferior às 2.898 unidades fabricadas

em 2006. A diminuição no volume resultou da contração do mercado em geral e, principalmente, na demanda por carrocerias rodoviárias. Durante o exercício foi revertido o resultado negativo apresentado em 2006 e a subsidiária encerrou o exercício de 2007 com satisfatório lucro líquido. O resultado se originou na melhoria nas margens de contribuição dos modelos urbanos, fruto da substituição das importações de unidades semimontadas para completamente desmontadas e à nacionalização de componentes. A Polomex detém cerca de 30,0% do mercado mexicano.

SUPERPOLO, localizada na Colômbia, atualmente é a segunda unidade em importância. Em 2007, fabricou 1.534 unidades, sendo que 50,0%, ou 767, foram consideradas na produção consolidada da Marcopolo. Em 2006, foram fabricadas 1.694 unidades, e 847 incluídas na consolidação. A mudança para a nova fábrica no município de Cota, concluída em julho, provocou perdas na produção e gerou um crescimento na rotatividade do pessoal e diminuição na eficiência durante o período da learning curve. Da produção, 212 unidades foram exportadas para Venezuela, Costa Rica e Peru. Os planos presentes contemplam ampliar as vendas para Equador, Panamá e Haiti. A Superpolo detém 30,0% do mercado local. O quadro funcional é composto por 1.203 colaboradores.

PORTUGAL e ÁFRICA. A produção conjunta das fábricas localizadas nesses territórios foi de cerca de 500 ônibus. Em Portugal, a produção diminuiu 13,0% em relação à de 2006. A unidade ressentiu-se pela falta de chassi, visto que as montadoras européias passaram a direcionar parte da produção para os países que se integraram à comunidade européia recentemente. A linha de produtos, atualizada, foi apresentada na Bus World – 2007 em Kortrijk, na Bélgica. Assim, o volume foi ainda insuficiente para atingir o ponto de equilíbrio financeiro.

Em relação a 2006, a unidade da África apresentou resultado líquido positivo. A produção cresceu 5,4% entre um e outro exercício. O desempenho poderia ter sido melhor não fosse a falta de chassis fornecidos pelas montadoras brasileiras e desviados para atender o aquecimento no mercado brasileiro. A Marcopolo South África detém 35,0% do mercado nos segmentos de rodoviários e urbanos. A demanda deverá crescer em função da Copa Mundial de Futebol de 2.010.

RÚSSIA. A fabricação de ônibus do modelo Andare 850 iniciou-se em abril na fábrica de Golitsino. Após longo e demorado processo de homologação dos veículos, que devem satisfazer a todas as normas da Comunidade Européia e um surpreendente número de normas russas, foram entregues as primeiras 15 unidades. Em outubro, foi iniciada a fabricação do modelo Andare 1000, devendo as primeiras unidades serem faturadas em março de 2008. Ao longo do exercício decidiu-se instalar uma filial da joint-venture na cidade de Pavlov, onde serão fabricados microônibus urbanos (marca REAL, em homenagem à moeda brasileira). Foram montados dois protótipos e produzidas as primeiras 15 unidades, destinadas à cidade de São Petersburgo. Apresentados na feira de Moscou. No período, foram contratados e treinados 313 funcionários. Dentro da nova estratégia, os modelos fabricados já utilizam cerca de 50,0% dos componentes adquiridos localmente.

ÍNDIA. A joint venture “TATA MARCOPOLO MOTORS LIMITED”, que se localizará em Dharwad, deverá ser a maior e mais importante operação no exterior quando em plena atividade. Os primeiros modelos de ônibus foram definidos, inclusive o urbano “low entry”, que será utilizado, em 2010, nos “Jogos da Commonwealth”, em Nova Délhi. O início da produção de ônibus para o transporte urbano e escolar se iniciará no 4T08. Cerca de 50 técnicos especializados da Marcopolo trabalham atualmente no projeto em regime de dedicação exclusiva. A TATA alocou outros 20 funcionários também altamente qualificados.

MIC e ILMOT (Trading Companies). As empresas controladas, Marcopolo International Corp. (MIC) e Ilmot International Corporation S.A., têm desempenhado importante papel na expansão dos negócios internacionais. Suas principais atribuições são: (i) comercializar produtos da empresa e de terceiros; (ii) manter, coordenar e ampliar a rede mundial de representantes comerciais para venda de produtos; (iii) prestar serviços de assistência técnica e pós-vendas; (iv) viabilizar a participação em feiras e exposições; (v) encaminhar a homologação de produtos em diversos países; (vi) captar recursos para

investimentos em participações societárias no exterior; (vii) centralizar as captações e administrar recursos financeiros internacionais; e (viii) mitigar riscos políticos e cambiais da corporação.

BANCO MONEO. As atividades comerciais do Banco Moneo iniciaram em julho de 2005. O Banco está autorizado a atuar nas carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimentos. Atualmente são oferecidos os produtos: Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Finame e Finame Leasing, capital de giro e desconto de títulos, avais e fianças. Com o crescimento das operações, notadamente as de repasse de recursos do Finame, no exercício de 2007 o Banco Moneo obteve lucro líquido de R\$ 8,2 milhões (R\$ 6,5 milhões em 2006). O patrimônio líquido evoluiu de R\$ 55,9 milhões em 2006 para R\$ 63,7 milhões no final de 2007. As operações de crédito registradas no ativo do Banco, em dezembro de 2007, totalizavam R\$ 294,4 milhões (R\$ 127,8 milhões em 2006). Adicionadas as operações de avais e fianças concedidas, no valor de R\$ 45,3 milhões (R\$ 25,3 milhões em 2006), as operações de crédito totalizavam R\$ 339,7 milhões (R\$ 153,1 milhões em 2006), um crescimento de 121,9%.

Investimentos

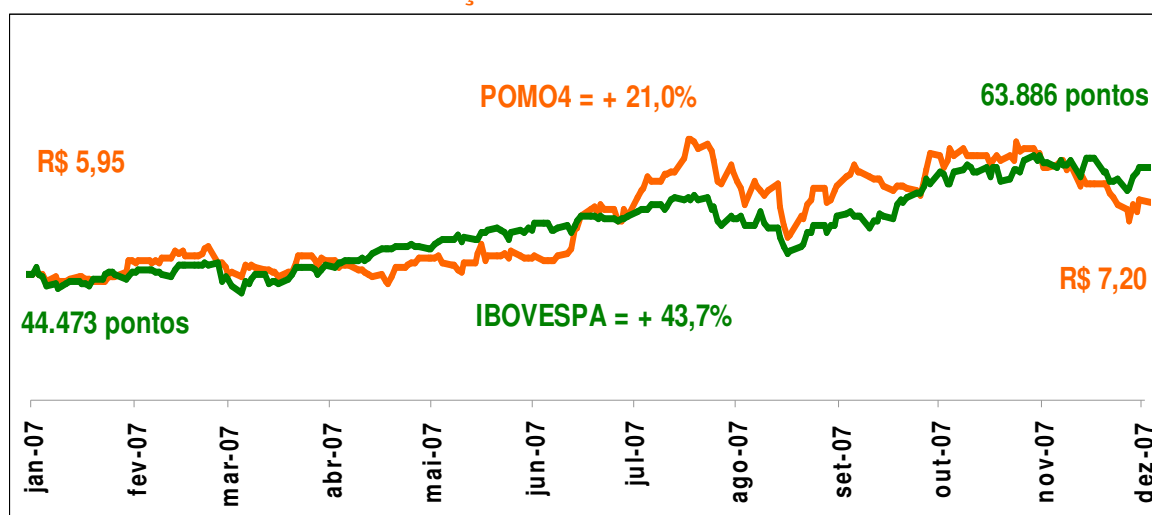
Em 2007, a Marcopolo destinou R\$ 109,6 milhões para investimentos de capital pelas diversas unidades (R\$ 40,4 milhões em 2006). Do total, R\$ 22,4 milhões foram aplicados em máquinas e equipamentos produtivos; R\$ 17,1 milhões em equipamentos de computação e softwares; R\$ 32,6 milhões em instalações industriais, das quais R\$ 8,8 milhões na nova fábrica da Colômbia, R\$ 0,6 milhão na fábrica da Rússia, R\$ 12,9 milhões na Índia, R\$ 10,3 milhões nas fábricas do Brasil e R\$ 37,5 milhões na aquisição de participação em outra empresa.

Mercado de Capitais

A liquidez dos papéis da Marcopolo vem crescendo exponencialmente nos últimos exercícios. Em 2007, foram realizadas 51.606 transações, um crescimento de 154,0% sobre as 20.319 realizadas em 2006. Foram transacionadas 119,6 milhões de ações, ou seja, 53,0% das ações representativas do capital social e aproximadamente 79,0% do *free float*.

A cotação das ações preferenciais (POMO4) evoluiu de R\$ 5,95 por ação no início do exercício para R\$ 7,20 em 31.12.07, significando uma apreciação de 21,0% no período. Parte da liquidez das ações permanece com acionistas residentes no exterior, posto que em 31.12.07 estes detinham 51,5% das ações preferenciais e 31,9% do total das ações em circulação. O gráfico e tabela que seguem apresentam dados explícitos por si só.

DESEMPENHO DAS AÇÕES DA MARCOPOLO NA BOVESPA



Indicadores	2007	2006	2005	2004	2003
Número de transações	51.606	20.319	11.878	11.057	13.300
Ações Negociadas (milhões) ^(*)	119,6	114,7	93,4	90,3	114,5
Valor transacionado (R\$ milhões)	863,8	424,8	247,8	266,5	229,2
Valor de mercado (R\$ milhões) ⁽¹⁾	1.614,4	1.334,1	654,0	768,7	539,4
Ações existentes (milhões) ^{(2) (*)}	224,2	224,2	224,2	224,2	224,2
Valor patrimonial por ação (R\$) ^(*)	2,66	2,42	2,10	1,94	1,73
Cotação (R\$ / por ação preferencial) ^{(3) (*)}	7,20	5,95	2,91	3,42	2,40
Juros sobre Capital Próprio (imputados ao dividendo) e Dividendos (R\$/ação) (*)	0,335	0,225	0,190	0,170	0,178

⁽¹⁾ Para determinar o valor de mercado, utilizou-se a cotação da última transação do exercício da ação Preferencial Escritural (PE), multiplicado pelo total das ações (OE+PE) existentes no final do exercício;

⁽²⁾ Total das ações da Companhia no final do exercício. Desse total, em 31 de dezembro de 2007, 484.613 ações preferenciais se encontram em tesouraria;

⁽³⁾ Cotação das ações PE no último pregão do exercício;

^(*) Os dados estão atualizados para refletir a bonificação de 100% concedida, conforme Reunião do Conselho de Administração de 25.08.06.

Remuneração aos Acionistas

Em reunião realizada em 14.12.07, o Conselho de Administração aprovou o pagamento aos acionistas de juros a título de remuneração do capital próprio e de dividendos, no valor total de R\$ 75.020.158,80 (setenta e cinco milhões, vinte mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta centavos). Do referido valor R\$ 34.523.144,95 referem-se a juros sobre o capital próprio, e R\$ 40.497.013,85 a título de dividendos antecipados, ambos por conta do exercício de 2007.

A remuneração bruta, destarte, atingiu R\$ 0,3353 por ação. O valor foi creditado na conta individualizada de cada acionista no dia 21 de dezembro de 2007 e será pago a partir do dia 28 de março de 2008. O valor total distribuído equivale a 56,7% do lucro líquido do exercício e significa um crescimento de 48,8%, sobre os R\$ 50.421.137,91 distribuídos no exercício de 2006.

Quadro de Pessoal

Nº Colaboradores	2007	2006	2005	2004
Controladora	6.005	5.269	5.549	5.460
Controladas no Brasil	3.918	2.972	3.048	2.914
Controladas no Exterior	2.388	1.848 ⁽²⁾	1.939 ⁽²⁾	1.764 ⁽²⁾
Total ⁽¹⁾	12.311	10.089	10.536	10.138
Índice de Rotatividade (%) ⁽³⁾	0,89	1,05	1,08	0,84

⁽¹⁾ Inclui colaboradores das controladas/coligadas na proporção da participação societária;

⁽²⁾ Considerado apenas 50,0% do quadro da Superpolo (Colômbia) para refletir a proporção da participação societária daquela unidade;

⁽³⁾ Referente à Controladora.

Perspectivas

O Orçamento Anual Consolidado - 2008 contempla uma receita líquida de R\$ 2,3 bilhões e uma produção de 20.000 carrocerias, crescimento de aproximadamente 8,0% na receita e 12,3% no volume. Os investimentos em ativos imobilizados demandarão recursos da ordem de R\$ 95,0 milhões. As previsões serão revistas ao longo do exercício, se e quando as condições indicarem a conveniência de fazê-lo.

Ao revisar os planos de negócios com o exterior – exportações e produção pelas controladas -, a Administração levou em conta que o exercício de 2008 iniciou com algumas turbulências, inquietações, especulações e muita cautela. A incerteza da economia americana resultante dos créditos sub-prime – além de outros problemas latentes como o dos cartões de crédito e das seguradoras de crédito – mantém a economia mundial em estado de alerta. Há um consenso entre os especialistas, assegurando que a recessão nos Estados Unidos é inevitável. De outro lado, importantes países, como Índia e China, vêm desenvolvendo seus mercados internos, aumentando a base de consumo e renda, os quais, provavelmente, manterão a trajetória de forte crescimento, estimulando a dinâmica da economia mundial.

No atual cenário, a Administração entende que a América Latina sofrerá relativamente menos, em especial o Brasil, que nunca esteve tão preparado para enfrentar uma situação dessas. Vislumbra-se um quadro razoável para os preços de commodities, principalmente para as alimentícias e minérios, favorecendo os países latino-americanos, embora isso não signifique imunidade total para os mesmos.

Relativamente às unidades no exterior, a Administração admite que a apreciação cambial pode ser um fenômeno de mais longa duração, com implicações no desempenho das mesmas e nos negócios da controladora. Em decorrência, foi radicalmente modificada a estratégia operacional baseada em exportações a partir do Brasil, para a de aquisição ou produção local. Além das ações nas áreas de engenharia, global-sourcing e corte nos custos, foram intensificados os investimentos fora do país.

O atual foco contempla um modelo de parcerias de produção/comercialização em mercados-chaves. Em 2008, deverão frutificar, o projeto de expansão na Colômbia, concluído em 2007 com a produção adicional de ônibus destinados ao transporte coletivo para a cidade de Cáli. As atividades na Rússia entrarão em regime normal de produção, embora em volumes iniciais ainda pequenos. Também contribuirá para os resultados consolidados a recente parceria na Argentina, que, a partir de 2008, integrará as estatísticas de produção da Marcopolo.

Mais importante ainda é a parceria na Índia, que iniciará a produção no 4T08. Portanto, a Administração estima um pequeno aumento na exportação de unidades prontas e um apreciável crescimento na produção das plantas no exterior.

Na definição das metas de desempenho para as unidades locais observou-se que, segundo os dados mais recentes do DENATRAN – Sistema Nacional de Registro de Veículos (www.denatran.gov.br), a frota de ônibus em 31.12.06 era de 335.000 unidades e mais 198.000 microônibus. Portanto, mais de 500 mil veículos de transporte coletivo rodando no Brasil. Após diversos anos de estagnação, no triênio 2003/2005 as vendas para o mercado doméstico atingiram uma média anual de 15 mil unidades e cresceram para 20 mil unidades anuais em 2006/2007.

Assim mesmo, as taxas de reposição e de expansão são tidas como insuficientes, situando a idade média da frota acima do ideal. A Administração considerou, também, os prováveis reflexos do Programa de Aceleração (PAC) do governo.

Os investimentos na construção e a duplicação de 45 mil quilômetros de estradas, em quatro anos, ajudarão a superar diversos gargalos da economia e estimularão a demanda agregada. Adicionalmente, um outro conjunto de fatores positivos levou a confiar que o exercício será bastante favorável para os fabricantes de ônibus. Dada a elevada demanda de recursos pelo setor privado, o BNDES divulgou que pretende aumentar em mais de 23,0% o volume de recursos emprestados em 2007.

A expansão do crédito e as favoráveis condições de financiamento - grandes propulsores da aceleração dos negócios – continuarão beneficiando o segmento “ônibus” em geral. O “Programa Caminho da Escola”, criado em março de 2007 pelo Ministério da Educação, é outro fator que implicará no aumento da produção. Em 2008 serão realizadas eleições municipais no Brasil. Este evento tradicionalmente exerce efeito estimulante na renovação e expansão das frotas, especialmente de ônibus urbanos. Isso tudo, aliado a instituições saudáveis e estáveis, leva a prever que a demanda continuará bastante aquecida, dando suporte às projeções de crescimento no mercado doméstico. Na tentativa de interpretar a situação macroeconômica, a Administração entendeu que qualquer conclusão definitiva sobre os rumos da economia mundial, neste momento, é prematura e os efeitos danosos da atual crise americana só poderão ser avaliados futuramente.

De outro lado, tem-se como certo que o transporte coletivo por ônibus continuará sendo a forma predominante de movimentação das populações nas áreas urbanas. É inequívoca a constatação da baixa taxa de renovação das frotas, principalmente nos países latino-americanos, supridos exclusivamente pela indústria brasileira de ônibus. Por isso, prossegue a sistemática avaliação do potencial dos mercados mais importantes para a Companhia.

Como um dos focos é o crescimento, a Administração estabeleceu que a sustentação do processo de expansão orgânica será alicerçada na preservação do atendimento a todos os clientes tradicionais, e na internacionalização para mercados de grande densidade populacional e de baixo poder aquisitivo, onde ônibus serão ainda, por muitos anos, o modal mais conveniente para o transporte de passageiros. A estratégia de crescimento continuará associada à geração de valor para os acionistas e à perpetuação das atividades da Companhia.

Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2008.

A Administração.

**Marcopolo S.A. e
empresas controladas**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2007 e de 2006
e parecer dos auditores independentes**

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Marcopolo S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Marcopolo S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Marcopolo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Marcopolo S.A. e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras. Os exames das demonstrações financeiras da controlada indireta Polomex S.A. de C.V. foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores. Nas demonstrações financeiras da Marcopolo S.A., o investimento direto nesta companhia é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e representa investimento de R\$ 1.041 mil em 31 de dezembro de 2007 (2006 - R\$ 969 mil) e a participação, direta e indireta, nos resultados por ele produzido no exercício findo nesta data monta R\$ 73 mil (2006 - prejuízo de R\$ 4.085 mil). As demonstrações financeiras da Polomex S.A. de C.V., com ativos totais de R\$ 53.719 mil em 31 de dezembro de 2007 (2006 - R\$ 58.475 mil), são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Nosso parecer, no que se refere aos valores gerados por esta empresa, está fundamentado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

- 3 Com base em nossos exames e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes, somos de parecer que as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo S.A. e da Marcopolo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Marcopolo S.A. dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia e suas controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 5 Alguns aspectos relacionados as práticas contábeis adotadas no Brasil diferem das normas internacionais de contabilidade ("IFRS"). As informações relacionadas a natureza destas diferenças e respectivos impactos no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e no resultado dos exercícios findos nessas datas, encontram-se apresentados na Nota 27.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2008,
exceto pela Nota 27 a qual é datada
de 30 de abril de 2008.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4

Marcopolo S. A. e empresas controladas

Companhia aberta

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006		2007	2006	2007	2006
Circulante					Circulante				
Disponibilidades (Nota 4)	53.212	6.416	146.879	40.065	Fornecedores	141.982	78.395	197.979	109.885
Aplicações financeiras (Nota 4)	254.926	349.573	348.646	400.479	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	238.265	147.016	417.496	221.304
Contas a receber de clientes (Nota 5)	291.175	249.708	554.925	344.548	Salários e férias a pagar	49.108	35.646	59.383	44.525
Estoques (Nota 6)	127.382	99.835	229.820	191.257	Impostos e contribuições a recolher	12.067	9.307	24.581	17.231
Impostos a recuperar (Nota 7)	130.075	107.223	147.817	121.267	Partes relacionadas (Nota 11)	18.353	9.087	5.726	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15)	22.420	31.071	27.806	40.425	Adiantamentos de clientes	6.771	6.291	25.535	10.710
Dividendos a receber	14.910	1.597	-	-	Representantes comissionados	7.449	10.433	15.983	27.885
Outras contas a receber	17.335	9.774	34.000	24.295	Juros sobre capital próprio e dividendos (Nota 17)	75.020	50.421	75.020	50.421
	<u>911.435</u>	<u>855.197</u>	<u>1.489.893</u>	<u>1.162.336</u>	Participação dos administradores	6.561	6.031	6.561	6.031
Não Circulante					Outras contas a pagar	<u>34.425</u>	<u>22.373</u>	<u>75.319</u>	<u>35.017</u>
Realizável a longo prazo						<u>590.001</u>	<u>375.000</u>	<u>903.583</u>	<u>523.009</u>
Aplicações financeiras (Nota 4)	-	-	71.067	-	Não Circulante				
Partes relacionadas (Nota 11)	25.469	25.872	-	-	Exigível a longo prazo				
Contas a receber de clientes (Nota 5)	20	470	196.001	78.547	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	136.068	236.021	473.059	303.850
Impostos a recuperar (Nota 7)	905	844	943	844	Provisão para contingências (Nota 13)	32.674	32.748	42.648	40.925
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15)	11.109	-	14.337	2.336	Benefícios a empregados (Nota 14)	13.200	16.431	13.200	16.431
Depósitos judiciais (Nota 13)	3.579	3.531	4.830	4.279	Outras contas a pagar	-	-	13.796	12.051
Outras contas a receber	237	227	674	1.198		<u>181.942</u>	<u>285.200</u>	<u>542.703</u>	<u>373.257</u>
	<u>41.319</u>	<u>30.944</u>	<u>287.852</u>	<u>87.204</u>	Participação dos minoritários	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.836</u>	<u>7.295</u>
Permanente					Patrimônio líquido				
Investimentos (Nota 8)	301.174	222.573	32.848	5.385	Capital social (Nota 16)	450.000	450.000	450.000	450.000
Imobilizado (Nota 9)	114.180	93.117	230.082	178.789	Reservas de capital (Nota 16)	1.186	1.056	1.186	1.056
Diferido (Nota 10)	-	-	5.995	5.828	Reservas de lucros (Nota 16)	148.341	93.099	144.724	87.449
	<u>415.354</u>	<u>315.690</u>	<u>268.925</u>	<u>190.002</u>	Ações em tesouraria (Nota 16)	<u>(3.362)</u>	<u>(2.524)</u>	<u>(3.362)</u>	<u>(2.524)</u>
						<u>596.165</u>	<u>541.631</u>	<u>592.548</u>	<u>535.981</u>
Total do ativo	<u>1.368.108</u>	<u>1.201.831</u>	<u>2.046.670</u>	<u>1.439.542</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>1.368.108</u>	<u>1.201.831</u>	<u>2.046.670</u>	<u>1.439.542</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A . e empresas controladas

Companhia aberta

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando identificado)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Receita bruta de vendas e serviços	1.677.970	1.404.676	2.495.089	2.034.263
Deduções de vendas				
Impostos e devoluções	<u>(262.391)</u>	<u>(210.181)</u>	<u>(365.925)</u>	<u>(283.978)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	1.415.579	1.194.495	2.129.164	1.750.285
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(1.218.159)</u>	<u>(1.016.655)</u>	<u>(1.766.616)</u>	<u>(1.420.545)</u>
Lucro bruto	<u>197.420</u>	<u>177.840</u>	<u>362.548</u>	<u>329.740</u>
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas com vendas	(73.311)	(56.263)	(129.042)	(111.971)
Remuneração dos administradores	(7.600)	(6.915)	(7.600)	(6.915)
Despesas de administração	(35.867)	(35.863)	(71.805)	(65.922)
Despesas financeiras (Nota 22)	(98.419)	(135.518)	(125.309)	(148.025)
Receitas financeiras (Nota 22)	144.426	174.684	172.093	186.357
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 8)	41.761	32.164	-	1.469
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(10.503)</u>	<u>(3.864)</u>	<u>(20.774)</u>	<u>(12.329)</u>
Lucro operacional	157.907	146.265	180.111	172.404
Resultado não operacional	<u>(118)</u>	<u>(684)</u>	<u>7.574</u>	<u>(1.041)</u>
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações estatutárias	157.789	145.581	187.685	171.363
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)				
Do exercício	(37.079)	(32.969)	(66.287)	(59.492)
Diferido	16.113	13.947	19.240	14.951
Participação dos administradores nos lucros	<u>(6.561)</u>	<u>(6.031)</u>	<u>(6.561)</u>	<u>(6.031)</u>
Lucro antes da participação dos minoritários	130.262	120.528	134.077	120.791
Participação dos minoritários	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.782)</u>	<u>50</u>
Lucro líquido do exercício	<u>130.262</u>	<u>120.528</u>	<u>132.295</u>	<u>120.841</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>0,582</u>	<u>0,539</u>		
Valor patrimonial por ação - R\$	<u>2,665</u>	<u>2,421</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Companhia aberta

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros					Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Subvenção para investimentos	Ganho com alienação de ações em tesouraria	Legal	Para futuro aumento de capital	Para pagamento de dividendos intermediários	Para compra das próprias ações	Para reinvestimento			
Saldos em 31 de dezembro de 2005	226.000	688	212	34.556	135.600	22.600	22.600	31.636	-	(3.819)	470.073
Alienação de ações em tesouraria		-	156							1.295	1.451
Integralização de capital	224.000			(34.556)	(135.208)		(22.600)	(31.636)			-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	120.528		120.528
Destinações:											
Reserva legal	-	-	-	6.026	-	-	-	-	(6.026)		-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.126)		(14.126)
Ações ordinárias - R\$ 0,1654 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.873)		(22.873)
Ações preferenciais - R\$ 0,1654 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-			
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.124)		(5.124)
Ações ordinárias - R\$ 0,06 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.298)		(8.298)
Ações preferenciais - R\$ 0,06 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.857)		-
Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	44.857	-	-	-	(9.612)		-
Reserva para pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	9.612	-	-	(9.612)		-
Reserva para compra das próprias ações	-	-	-	-	-	-	9.612	-	(9.612)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	450.000	688	368	6.026	45.249	32.212	9.612	-	-	(2.524)	541.631
Alienação de ações em tesouraria			130							1.642	1.772
Aquisição de ações			-							(2.480)	(2.480)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	130.262		130.262
Destinações:											
Reserva legal	-	-	-	6.514	-	-	-	-	(6.514)		-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.178)		(13.178)
Ações ordinárias - R\$ 0,1543 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.345)		(21.345)
Ações preferenciais - R\$ 0,1543 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.459)		(15.459)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.038)		(25.038)
Ações ordinárias - R\$ 0,1810 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.110)		-
Ações preferenciais - R\$ 0,1810 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.309)		-
Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	34.110	-	-	-	(7.309)		-
Reserva para pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	7.309	-	-	(7.309)		-
Reserva para compra das próprias ações	-	-	-	-	-	-	7.309	-	(7.309)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	450.000	688	498	12.540	79.359	39.521	16.921	-	-	(3.362)	596.165

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Companhia aberta

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Origens dos recursos				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	130.262	120.528	132.295	120.841
Itens que não afetam o capital circulante				
Depreciação e amortização	19.639	15.011	33.409	29.863
Resultado de equivalência patrimonial	(41.761)	(32.164)	-	(1.469)
Benefício pós emprego	(3.231)	(2.593)	(3.231)	(2.593)
Custo do imobilizado e investimento baixado ou vendido	743	1.033	5.699	6.297
Variação cambial de imobilizados no exterior	-	-	3.587	3.619
Participação dos minoritários	-	-	541	(541)
Recursos originados das operações	105.652	101.815	172.300	156.017
Dos acionistas e partes relacionadas				
Dividendos recebidos	14.910	1.597	-	-
Dividendos revertidos	(1.570)	(327)	-	-
Alienação de ações em tesouraria	1.772	1.451	1.772	1.451
Redução do capital em controladas	-	64.878	-	-
De terceiros				
Redução do realizável a longo prazo	-	58.348	-	-
Aumento do exigível a longo prazo	-	-	161.199	1.408
	120.764	227.762	335.271	158.876
Aplicações de recursos				
Aplicações em investimentos permanentes em outras sociedades	53.169	44.318	37.500	41
Aquisições de bens do imobilizado	38.456	30.194	72.139	40.404
Aumento do realizável a longo prazo	10.375	-	200.144	21.231
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	75.020	50.421	75.020	50.421
Redução do exigível a longo prazo	100.027	49.759	-	-
Ações em tesouraria	2.480	-	2.480	-
	279.527	174.692	387.283	112.097
Aumento (Redução) do capital circulante líquido	(158.763)	53.070	(52.012)	46.779
Variações no capital circulante líquido				
No início do exercício	480.197	427.127	639.327	592.548
De controladas adquiridas no exercício	-	-	1.005	-
No fim do exercício	321.434	480.197	586.310	639.327
Aumento (Redução) do capital circulante líquido	(158.763)	53.070	(52.012)	46.779

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Informações complementares

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
1. Receitas				
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.624.928	1.356.002	2.455.180	1.978.933
1.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.219)	(3.864)	(11.975)	(4.486)
1.3. Não operacionais	(118)	(684)	7.574	(536)
	<u>1.617.591</u>	<u>1.351.454</u>	<u>2.450.779</u>	<u>1.973.911</u>
2. Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
2.1. Matérias-primas consumidas	1.154.287	1.005.013	1.642.333	1.286.124
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	183.011	145.712	322.518	282.963
	<u>1.337.298</u>	<u>1.150.725</u>	<u>1.964.851</u>	<u>1.569.087</u>
3. Valor adicionado bruto (1-2)	<u>280.293</u>	<u>200.729</u>	<u>485.928</u>	<u>404.824</u>
4. Retenções				
4.1. Depreciação e amortização	<u>19.639</u>	<u>15.011</u>	<u>33.409</u>	<u>29.863</u>
5. Valor adicionado líquido produzido pela Empresa (3-4)	<u>260.654</u>	<u>185.718</u>	<u>452.519</u>	<u>374.961</u>
6. Valor adicionado recebido em transferência				
6.1. Resultado de equivalência patrimonial	41.761	32.164	-	1.469
6.2. Receitas financeiras	<u>144.426</u>	<u>174.684</u>	<u>172.093</u>	<u>186.357</u>
	<u>186.187</u>	<u>206.848</u>	<u>172.093</u>	<u>187.826</u>
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)	<u>446.841</u>	<u>392.566</u>	<u>624.612</u>	<u>562.787</u>
8. Distribuição do valor adicionado				
8.1. Pessoal e encargos	237.147	188.774	335.117	298.476
8.2. Impostos, taxas e contribuições	(11.915)	(45.023)	40.547	4.526
8.3. Juros e aluguéis	91.347	128.287	116.653	138.944
8.4. Juros sobre o capital próprio e dividendos	75.020	50.421	75.020	50.421
8.5. Lucros retidos	<u>55.242</u>	<u>70.107</u>	<u>57.275</u>	<u>70.420</u>
	<u>446.841</u>	<u>392.566</u>	<u>624.612</u>	<u>562.787</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 **Em milhares de reais**

1 Contexto operacional

A Marcopolo S.A. é uma sociedade anônima com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

A comercialização é efetuada no mercado interno e externo através de suas controladas ou representantes comerciais.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo conselho de administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2008.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado. Para as empresas

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

d. Ativos no circulante e no não circulante

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado (Nota explicativa nº 4).

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na avaliação individual de toda a carteira de contas a receber de clientes e o montante é considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos (Nota explicativa nº 5).

- **Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o valor de mercado.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação, alocadas com base na capacidade normal de operação (Nota explicativa nº 6).

- **Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor de custo ou líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxa de câmbio ou as variações monetárias auferidas.

e. Permanente

- **Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O ágio incorrido na aquisição de investimentos é amortizado pelo prazo de expectativa de rentabilidade futura do mesmo. Os demais investimentos permanentes foram avaliados pelo custo corrigido deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável (Nota explicativa nº 8).

- **Investimentos societários no exterior**

Os critérios de apuração do resultado das demonstrações financeiras das empresas investidas no exterior, quando divergentes das práticas de contabilidade adotadas no Brasil, foram devidamente ajustadas, considerando a relevância das informações. A conversão das

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

referidas demonstrações financeiras para a moeda nacional foi efetuada segundo os termos da Deliberação CVM nº 28/86 (Nota explicativa nº 8).

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9.

Gastos decorrentes de reposição de um componente a um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

f. Passivos no circulante e no não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços (Notas explicativas nº 11, 12, 13 e 14).

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os custos de patrocínio do plano de pensão e benefícios a empregados encontram-se registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da realização de lucros tributáveis futuros que estarão disponíveis contra o qual bases negativas e créditos podem ser utilizados. (Nota explicativa nº 15).

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 **Em milhares de reais**

j. Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia está apresentando como informação suplementar, a demonstração dos fluxos de caixa, preparada de acordo com a NPC 20 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitida pelo IBRACON - Instituto de Auditores Independentes do Brasil.

k. Demonstração do valor adicionado

A Administração está divulgando, também, nos moldes do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/07, a demonstração do valor adicionado que tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e suas controladas. Foram efetuadas reclassificações de determinadas informações contidas na demonstração do resultado tradicional, tendo em vista serem consideradas na demonstração do valor adicionado como distribuição do valor adicionado gerado.

l. Fundos de Investimentos exclusivos

Visando a maior transparência das informações nas demonstrações financeiras, foram incluídos de forma consolidada, os saldos e as operações nas quais a Companhia participa como quotista exclusivo.

m. Reclassificação

A administração decidiu no exercício de 2007 reclassificar a conta de provisão para contingências do passivo circulante para o passivo não circulante, por considerar esta classificação mais adequada. Para fins de comparabilidade os valores de R\$ 32.748 na controladora e R\$ 40.925 no consolidado, referentes ao exercício de 2006 foram reclassificados.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A., suas controladas e controladas em conjunto, a seguir relacionados:

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

	Percentual de participação			
	2007		2006	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Banco Moneo S.A	-	100,00	-	100,00
Brasa Middle East FZE (1)	-	100,00	-	100,00
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Ilmot International Corporation S.A. (1)	100,00	-	100,00	-
Laureano S.A. (1)	-	100,00	-	100,00
Marcopolo Auto Components Co. (1)	100,00	-	100,00	-
Marcopolo Indústria de Carroçarias S.A. (1)	-	100,00	-	100,00
Marcopolo International Corp. (1)	-	100,00	-	100,00
Marcopolo Latinoamérica S.A. (1)	99,99	0,01	99,99	0,01
Marcopolo Of América (1)	-	-	-	100,00
Marcopolo South Africa Pty Ltd (1)	-	100,00	-	100,00
Marcopolo Trading S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Moneo Investimentos S.A.	100,00	-	100,00	-
MVC Componentes Plásticos Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Polo Serviços em Plásticos Ltda.	99,00	1,00	99,00	1,00
Polomex S.A. de C.V. (1)	3,61	70,39	3,61	70,39
Poloplast Componentes S.A. de C.V. (1)	-	100,00	-	100,00
Syncroparts Com. e Dist. de Peças Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Controladas em conjunto	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pólo Plastic Component (1)	-	50,00	-	50,00
Russian Busses Marco (1)	-	50,00	-	50,00
San Marino Ônibus e Implementos Ltda	39,59	-	-	-
Spheros Climatização do Brasil S/A	40,00	-	-	-
Superpolo S.A. (1)	-	50,00	-	50,00
Tata Marcopolo Motors Limited (1)	49,00	-	-	-
Wsul Espumas Indústria e Comércio Ltda	30,00	-	-	-

(1) Controladas no exterior

	Percentual de participação			
	2007		2006	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Fundos de Investimentos Exclusivos				
Fundo de Investimento Paradiso Multimercado	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Andare	-	-	100,00	-
Gran – Vialle Fundo de Investimento Multimercado	-	-	100,00	-
FIDC – Marcopolo Financeiro	100,00	-	100,00	-

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas; e
- f. Consolidação das demonstrações contábeis da Superpolo S.A., Pólo Plastic Component, Russian Busses Marco, San Marino Ônibus e Implementos Ltda; Spheros Climatização do Brasil S/A; Tata Marcopolo Motors Limited e Wsul Espumas Indústria e Comércio Ltda, proporcionalmente à participação no capital social das mesmas. O montante dos principais saldos das demonstrações contábeis dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	<u>Superpolo</u>		<u>Pólo</u>		<u>Russian</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ativo						
Circulante	67.781	47.502	7.241	3.624	29.920	1.894
Não circulante						
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	1.218
Permanente	<u>33.123</u>	<u>17.792</u>	<u>1.499</u>	<u>892</u>	<u>3.150</u>	<u>2.832</u>
Total do ativo	<u>100.904</u>	<u>65.294</u>	<u>8.740</u>	<u>4.516</u>	<u>33.070</u>	<u>5.944</u>
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Passivo						
Circulante	73.374	33.306	2.830	1.122	31.580	1.314
Não circulante						
Exigível a longo prazo	6.180	10.238	-	-	-	-
Patrimônio líquido	<u>21.350</u>	<u>21.750</u>	<u>5.910</u>	<u>3.394</u>	<u>1.490</u>	<u>4.630</u>
Total do passivo	<u>100.904</u>	<u>65.294</u>	<u>8.740</u>	<u>4.516</u>	<u>33.070</u>	<u>5.944</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Demonstrativo de Resultado						
Receita operac. Líquida	126.392	115.298	19.764	2.052	7.942	1.004
Lucro bruto	15.780	16.290	3.372	234	(2.028)	64
Lucro operacional	1.216	4.580	2.326	234	(3.858)	(8)
Resultado antes do IR e CS	1.078	4.580	2.230	224	(3.450)	6
Imposto de renda e Cont. social	<u>130</u>	<u>(1.064)</u>	<u>(426)</u>	<u>(54)</u>	<u>832</u>	<u>(2)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>1.208</u>	<u>3.516</u>	<u>1.804</u>	<u>170</u>	<u>(2.618)</u>	<u>4</u>

	<u>Wsul (**)</u>	<u>San Marino (*)</u>	<u>Spheros (*)</u>
	<u>2007</u>	<u>2007</u>	<u>2007</u>
Ativo			
Circulante	3.020	100.965	22.729
Não circulante			
Realizável a longo prazo	-	65	328
Permanente	<u>5.454</u>	<u>46.100</u>	<u>2.388</u>
Total do ativo	<u>8.474</u>	<u>147.130</u>	<u>25.445</u>
	<u>2007</u>	<u>2007</u>	<u>2007</u>
Passivo			
Circulante	2.747	91.011	10.768
Não circulante			
Exigível a longo prazo	-	45.052	-
Patrimônio líquido	<u>5.727</u>	<u>11.067</u>	<u>14.677</u>
Total do passivo	<u>8.474</u>	<u>147.130</u>	<u>25.445</u>
	<u>2007</u>	<u>2007</u>	<u>2007</u>
Demonstrativo de Resultado			
Receita operac. Líquida	5.360	193.487	61.707
Lucro bruto	690	41.283	12.789
Lucro operacional	(373)	5.459	6.856
Resultado antes do IR e CS	(373)	5.459	6.870
Imposto de renda e contribuição social	-	(765)	(2.551)
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(373)</u>	<u>4.694</u>	<u>4.319</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

	<u>Tata (***)</u>
	<u>2007</u>
Ativo	
Circulante	14.450
Não circulante	
Permanente	<u>26.401</u>
Total do ativo	<u>40.851</u>
	<u>2007</u>
Passivo	
Circulante	15.048
Não circulante	
Patrimônio líquido	<u>25.803</u>
Total do passivo	<u>40.851</u>
	<u>2007</u>
Demonstrativo de Resultado	
Receita operac. Líquida	505
Lucro bruto	(1.143)
Lucro operacional	(1.153)
Resultado antes do IR e CS	(1.153)
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(1.153)</u>

(*) A partir do segundo trimestre de 2007, estas empresas passaram a serem consolidadas proporcionalmente devido a apuração de controle compartilhado.

(**) A partir do terceiro trimestre de 2007, esta empresa foi constituída e passou a ser consolidada proporcionalmente.

(***) A partir do quarto trimestre de 2007, esta empresa foi constituída e passou a ser consolidada proporcionalmente.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

	<u>Resultado do exercício</u>		<u>Patrimônio líquido</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Controladora	<u>130.262</u>	<u>120.528</u>	<u>596.165</u>	<u>541.631</u>
Realização de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	5.650	5.963	-	-
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	(<u>3.617</u>)	(<u>5.650</u>)	(<u>3.617</u>)	(<u>5.650</u>)
Consolidado	<u>132.295</u>	<u>120.841</u>	<u>592.548</u>	<u>535.981</u>

4 Disponibilidades e aplicações financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Circulante:				
Caixa e bancos				
No Brasil	53.212	6.416	69.155	9.036
No exterior	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.724</u>	<u>31.029</u>
	53.212	6.416	146.879	40.065
Aplicações financeiras				
No Brasil	254.926	349.573	299.751	364.170
FIDC – Marcopolo Financeiro	-	-	11.819	15.493
No exterior	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.076</u>	<u>20.816</u>
	254.926	349.573	348.646	400.479
Total do circulante	<u>308.138</u>	<u>355.989</u>	<u>495.525</u>	<u>440.544</u>
Não circulante:				
Aplicações financeiras				
No exterior	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.067</u>	<u>-</u>
Total do não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.067</u>	<u>-</u>
	<u>308.138</u>	<u>355.989</u>	<u>566.592</u>	<u>440.544</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Data de vencimento:				
De 13 a 24 meses	-	-	33.629	-
De 25 a 36 meses	-	-	26.300	-
Após 36 meses	-	-	11.138	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.067</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100,00% e 102,5% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,05% do CDI, e aplicações financeiras no exterior, remuneradas à taxa média de 3,41% ao ano mais variação cambial do dólar norte-americano. Os bancos gestores dos recursos são considerados bancos de primeira linha.

Os valores aplicados nas cotas do fundo de aplicação financeira correspondem a recursos aplicados no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Marcopolo (Cotas Sênior). O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização mediante a aquisição de Direitos Creditórios, em caráter definitivo e sem qualquer tipo de coobrigação das cedentes.

5 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Circulante:				
No mercado nacional	204.676	142.981	308.858	181.947
No mercado externo	102.982	118.304	166.681	128.792
FIDC – Marcopolo Financeiro	-	-	36.188	34.386
Relações interfinanceiras	-	-	73.460	30.315
Menos:				
Cambiais descontadas	-	(1.936)	-	(1.936)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.483)	(9.641)	(30.262)	(28.956)
	<u>291.175</u>	<u>249.708</u>	<u>554.925</u>	<u>344.548</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

Não circulante:

No mercado interno	20	64	20	64
No mercado externo	-	406	7.590	15.407
Relações interfinanceiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>188.391</u>	<u>63.076</u>
	<u>20</u>	<u>470</u>	<u>196.001</u>	<u>78.547</u>
	<u>291.195</u>	<u>250.178</u>	<u>750.926</u>	<u>423.095</u>

Foi constituído, através do instrumento particular de contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Marcopolo (o Cessionário), juntamente com BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (Administrador), Banco Moneo S.A (Cedente) e Banco Bradesco S.A. (Custodiante).

6 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Produtos acabados	20.998	23.606	29.540	41.865
Produtos em elaboração	10.605	9.567	25.826	25.680
Matérias-primas e auxiliares	87.905	69.801	155.206	116.051
Mercadorias	360	479	476	551
Adiantamentos a fornecedores e outros	8.499	1.921	20.297	12.740
Provisão para perdas nos estoques	<u>(985)</u>	<u>(5.539)</u>	<u>(1.525)</u>	<u>(5.630)</u>
	<u>127.382</u>	<u>99.835</u>	<u>229.820</u>	<u>191.257</u>

7 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Circulante:				
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	61.163	45.236	63.035	46.514
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Liq.	17.621	15.749	17.895	15.773
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	6.690	4.918	8.166	5.683
ICMS – Imp. s/Circ. de Mercadorias e Serv.	28.515	26.976	30.665	30.152
PIS – Programa de Integração Social	3.349	3.088	3.973	3.680
COFINS – Contrib. Financ. Seguridade Social	12.737	11.256	14.680	12.178
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.403</u>	<u>7.287</u>
	<u>130.075</u>	<u>107.223</u>	<u>147.817</u>	<u>121.267</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Não circulante:

ICMS – Imp. s/Circ. de Mercadorias e Serv.	<u>905</u>	<u>844</u>	<u>943</u>	<u>844</u>
	<u>130.980</u>	<u>108.067</u>	<u>148.760</u>	<u>122.111</u>

8 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Em controladas e controladas em conjunto	300.430	221.845	31.986	4.580
Outros investimentos	<u>744</u>	<u>728</u>	<u>862</u>	<u>805</u>
	<u>301.174</u>	<u>222.573</u>	<u>32.848</u>	<u>5.385</u>

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladas</u>										<u>Controladas em conjunto</u>				<u>Total</u>	
	<u>Ciferal</u>	<u>Ilmot</u>	<u>Mac</u>	<u>Mapla</u>	<u>Moneo</u>	<u>Mvc</u>	<u>Polo</u>	<u>Polomex</u>	<u>Syncro</u>	<u>Trading</u>	<u>San Marino</u>	<u>Spheros</u>	<u>Tata</u>	<u>Wsul</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
	*	(1)	(1)	(1)	*	*	*	(1)	*	*	(2)	(1)	*			
Dados dos Investimentos																
Capital social	20.000	27.266	489	1.124	50.000	45.000	500	13.517	4.000	1.000	14.611	3.300	26.955	6.100		
Patrimônio líq. ajustado	63.871	33.179	458	27.751	64.219	27.087	6.903	28.847	11.563	7.828	11.067	14.788	25.803	5.727		
Ações ou quotas possuídas	499.953	50.000	1	4.000	50.000	1	1	3.011.659	1	3.450.103	6.578.738	244.898	24.500	1.830.000		
% de participação	99,99	100,00	100,00	99,99	100,00	99,99	99,00	3,61	99,99	99,99	39,59	40,00	49,00	30,00		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	24.881	6.307	(39)	10.659	8.176	(6.973)	489	6.855	3.622	2.432	4.694	4.319	(1.153)	(373)		
Movimentação dos investimentos																
<u>Saldos iniciais:</u>																
Pelo valor patrimonial	50.990	32.419	471	21.646	56.415	34.059	6.350	968	7.941	6.005	-	4.581	-	-	221.845	211.511
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.568	-	13.823	1.830	18.221	44.318
Ágio a amortizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.932	-	-	-	34.932	-
Dividendos recebidos	(12.000)	-	-	-	(1.942)	-	-	-	-	(610)	-	(358)	-	-	(14.910)	(1.597)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	1.570	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.570	327
Amortização do ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.989)	-	-	-	(2.989)	-
Resultado de equivalência patrimonial	24.881	760	(13)	6.103	8.176	(6.972)	485	73	3.622	2.431	1.815	1.692	(1.180)	(112)	41.761	32.164
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.878)
<u>Saldos finais:</u>																
Pelo valor patrimonial	63.871	33.179	458	27.749	64.219	27.087	6.835	1.041	11.563	7.826	36.326	5.915	12.643	1.718	300.430	221.845

(*) As empresas possuem a seguinte razão social:

Ciferal – Ciferal Indústria de Ônibus Ltda;
Ilmot – Ilmot International Corporation;
Mac – Marcopolo Auto Components Co Ltd.
Mapla – Marcopolo Latinoamérica S/A;

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

Moneo – Moneo Investimentos S/A;
Mvc – Mvc Componentes Plásticos Ltda;
Polo – Polo Serviços em Plásticos Ltda;
Polomex – Polomex S/A C.V.;
Syncro – Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda;
Trading – Marcopolo Trading S/A;
San Marino – San Marino Ônibus e Implementos Ltda.;
Spheros – Spheros Climatização do Brasil S/A;
Tata – Tata Marcopolo Motors Limited
Wsul – Wsul Espumas Indústria e Comércio Ltda;

- (1) controlada no exterior
- (2) No processo de aquisição do investimento na San Marino Ônibus e Implementos Ltda, foi apurado ágio no montante de R\$ 34.932, o qual está fundamentado na expectativa de geração de lucros futuros. Até 31 de dezembro de 2007 foi amortizado ágio no montante de R\$ 2.989. O cronograma de amortização do saldo remanescente é conforme tabela abaixo:

<u>Período Amortização do Ágio</u>	<u>R\$.</u>
2008	3.777
2009	4.751
2010	5.490
2011	6.560
2012	7.475
2013	3.890
	<u>31.943</u>

9 Imobilizado

	Taxa de depreciação a.a. %	<u>Controladora</u>			
		<u>2007</u>		<u>2006</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Edificações	4	51.657	(28.369)	23.288	21.238
Máquinas e equipamentos	10	91.504	(59.554)	31.950	31.600
Instalações	10	36.938	(26.103)	10.835	11.095
Móveis e utensílios	10	4.738	(2.777)	1.961	1.929
Veículos	20	2.845	(1.754)	1.091	695
Equipamentos de computação	20	18.207	(13.012)	5.195	5.327
Outras imobilizações	20	1.315	(867)	448	466
Terrenos		12.575	-	12.575	10.038
Obras em andamento		<u>26.837</u>	-	<u>26.837</u>	<u>10.729</u>
		<u>246.616</u>	<u>(132.436)</u>	<u>114.180</u>	<u>93.117</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

	Taxa de depreciação a.a. %	Consolidado			
		2007		2006	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4	95.072	(39.096)	55.976	40.500
Máquinas e equipamentos	10	181.120	(104.209)	76.911	70.171
Instalações	10	48.786	(31.363)	17.423	17.064
Móveis e utensílios	10	9.114	(4.942)	4.172	2.841
Veículos	20	6.810	(3.633)	3.177	2.940
Equipamentos de computação	20	24.475	(16.842)	7.633	5.524
Outras imobilizações	20	3.241	(1.403)	1.838	5.116
Terrenos		18.518	-	18.518	17.270
Obras em andamento		44.357	-	44.357	17.363
Adiantamentos a fornecedores		<u>77</u>	<u>-</u>	<u>77</u>	<u>-</u>
		<u>431.570</u>	<u>(201.488)</u>	<u>230.082</u>	<u>178.789</u>

10 Diferido

	Taxa de amortização (a.a. %)	Consolidado			
		2007		2006	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos pré-operacionais	20	<u>16.707</u>	<u>(10.712)</u>	<u>5.995</u>	<u>5.828</u>
		<u>16.707</u>	<u>(10.712)</u>	<u>5.995</u>	<u>5.828</u>

Os gastos pré-operacionais se referem basicamente a desenvolvimento e implantação de novas unidades e foram diferidos na fase de construção e desenvolvimento dos projetos até o momento que passaram a operar normalmente. Esses gastos são amortizados no prazo de até cinco anos.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2007, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas subsidiárias, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

	Saldos ativos por mútuo e conta corrente	Saldos passivos por mútuo e conta corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Compras de produtos/serviços	Vendas de produtos /serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Coligadas:								
Banco Moneo (*)	-	16	-	-	-	-	-	-
Brasa (*)	-	-	1.421	-	-	1.461	-	-
Ciferal (*)	-	5.172	-	-	1.281	45.199	10	1.307
Ilmot (*)	596	-	11.458	-	-	42.369	-	51
Mac (*)	906	-	-	-	-	-	77	-
Mpc (*)	-	-	1.150	-	-	646	-	-
Mic (*)	21.787	-	39.060	-	-	213.419	1.847	-
Mapla (*)	-	93	1.384	-	2.506	15	7	-
Masa (*)	-	-	1.000	-	-	2.085	-	-
Trading (*)	-	7.319	-	-	-	28.478	-	758
Moneo (*)	-	27	-	-	-	-	-	3
Mvc (*)	107	-	651	3.405	22.948	2.290	20	-
Polo (*)	425	-	-	-	-	-	10	66
Polomex (*)	-	-	4.152	-	-	11.632	-	-
Russian (*)	-	-	892	-	-	927	-	-
San Marino (*)	-	-	-	-	-	1.333	-	-
Spheros (*)	-	-	-	1.940	15.548	6	-	-
Superpolo (*)	73	-	1.538	-	-	4.518	6	-
Syncroparts (*)	1.492	-	447	-	-	-	49	-
Tata (*)	-	-	100	-	-	100	-	-
Wsul (*)	83	-	-	174	1.608	-	5	-
Pessoas ligadas	-	5.726	-	-	-	-	-	-
Saldo em 2007	25.469	18.353	63.253	5.519	43.891	354.478	2.031	2.185
Saldo em 2006	25.872	9.087	94.925	2.979	69.297	341.099	3.805	5.144

(*) As empresas possuem a seguinte razão social:

Banco Moneo – Banco Moneo S/A;
 Brasa – Brasa Middle East FZE
 Ciferal – Ciferal Indústria de Ônibus Ltda;
 Ilmot – Ilmot International Corporation;
 Mac – Marcopolo Auto Components Co Ltd;
 Mpc – Marcopolo Indústria de Carroçarias S/A;
 Mic – Marcopolo International Corp.;
 Mapla – Marcopolo Latinoamérica S/A;
 Masa – Marcopolo South África Pty Ltd;
 Trading – Marcopolo Trading S/A;
 Moneo – Moneo Investimentos S/A;
 Mvc – Mvc Componentes Plásticos Ltda;
 Polo – Polo Serviços em Plásticos Ltda;
 Polomex – Polomex S/A C.V.;
 Russian – Russian Busses Marco;
 San Marino – San Marino Ônibus e Implementos Ltda.;
 Spheros – Spheros Climatização do Brasil S/A;
 Superpolo – Superpolo S/A;
 Syncro – Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda;
 Tata – Tata Marcopolo Motors Limited;
 Wsul – Wsul Espumas Indústria e Comércio Ltda;

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Observações:

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa Libor semestral acrescidos de 3% a.a. .

As operações de vendas, compras de produtos e/ou serviços são realizados em condições de preços e prazos equivalentes a operações com terceiros.

12 Empréstimos e financiamentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Empréstimos e Financiamentos				
Moeda nacional:				
FINAME – TJLP mais juros de 0,87% a 6,50% a.a.	1.393	1.542	2.748	2.378
Empréstimos bancários – TR + 1,10% a .a ou TJLP mais juros de 1,10% a 7,00% a.a.	20.116	19.794	54.724	63.052
FINEP – TJLP + 3,5% a 4,5% a.a.	72.442	54.634	79.142	63.243
Pré embarque especial – TJLP mais juros de 2,25% a 2,30% a.a.	244.773	220.996	244.773	220.996
FIDC – Marcopolo Financeiro – CDI + 1,4% a a	-	-	40.389	49.934
Moeda estrangeira:				
Adiantamentos de contratos de câmbio em dólares com juros de 3,80% a 7,20% a.a.	197	11.209	9.648	13.085
Pré pagamento de exportação em dólares com LIBOR semestral + SPREAD de 1,25% a 2,60% a.a.	22.764	56.693	24.293	56.693
Financiamento em dólares com LIBOR semestral mais SPREAD de 1,00% a 4,5% a.a.	12.648	18.169	191.396	33.830
Financiamento em Pesos Colombianos com juros de 9,77% a 11,24% a. a	-	-	22.779	11.003
Financiamento em Randes com juros de 12,00% a a	-	-	1.054	2.823
Financiamento em Euros com juros de 5,50% a.a.	-	-	7.841	8.117
Captações no mercado aberto				
Moeda nacional:				
BNDES – TJLP mais juros de 1,00% a a	-	-	211.768	-
	<u>374.333</u>	<u>383.037</u>	<u>890.555</u>	<u>525.154</u>
Parcela de curto prazo	<u>238.265</u>	<u>147.016</u>	<u>417.496</u>	<u>221.304</u>
Exigível a longo prazo	<u>136.068</u>	<u>236.021</u>	<u>473.059</u>	<u>303.850</u>

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Data de vencimento:				
De 13 a 24 meses	64.043	177.410	166.485	183.683
De 25 a 36 meses	7.131	7.588	94.616	58.173
Após 36 meses	64.894	51.023	211.958	61.994
	<u>136.068</u>	<u>236.021</u>	<u>473.059</u>	<u>303.850</u>

Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 2.748 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 2.378 em 31 de dezembro de 2006) e o empréstimo bancário da modalidade FINEP possui garantia com bens imóveis e garantia real.

A Companhia mantém contrato de financiamento junto ao IFC – International Finance Corporation, no montante de US\$ 11.035 mil, no qual constam cláusulas restritivas, as quais vem sendo atendidas, e possui garantias hipotecárias.

Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo S/A, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre as mesmas incidem encargos financeiros de 1% ao ano mais a variação da TJLP.

13 Provisão para contingências e depósito judicial

Contingências passivas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

O demonstrativo na data-base de 31 de dezembro de 2007 e 2006 contendo os riscos contingentes prováveis e possíveis conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se no quadro a seguir:

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Natureza do Passivo	2007		2006		2007		2006	
	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente								
a) Cível	151	127	136	80	376	317	361	637
a) Trabalhista	55	3.893	2.597	2.310	1.069	4.609	3.532	2.526
b) Tributário	32.468	40.043	30.015	44.827	41.009	46.563	36.838	53.053
c) Previdenciário	-	-	-	-	194	-	194	-
Total :	32.674	44.063	32.748	47.217	42.648	51.489	40.925	56.216

Natureza do Ativo	2007		2006	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Depósito Judicial				
a) Cível	-	512	-	350
a) Trabalhista	361	670	313	517
b) Tributário	3.218	3.454	3.218	3.218
c) Previdenciário	-	194	-	194
Total :	3.579	4.830	3.531	4.279

a) Contingências cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cíveis e trabalhistas, entre essas incluídas ações de indenização por acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se referem a valores individualmente significativos.

b) Contingências tributárias

Provisionadas

Discussões relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no tocante a utilização da correção monetária dos saldos credores de ICMS na escrita fiscal; transferência de créditos de ICMS decorrentes de exportação para fornecedores; para quitação de duplicatas relativas a compras de insumos; e débitos relativos a juros e multa sobre o ICMS, nas saídas a título de vendas para entrega futura. Os processos encontram-se em andamento através de execuções fiscais perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e no Supremo Tribunal Federal.

Não provisionadas

Discussões relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no tocante a débitos nas saídas de mercadorias com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. Os processos encontram-se em andamento perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Discussões relativas ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e FINSOCIAL, no tocante a pedidos de compensação de créditos decorrentes de ações judiciais destas contribuições, com outros débitos de tributos e contribuições federais, pedidos estes não homologados integralmente pelo fisco. Os processos foram impugnados e estão em andamento na Delegacia da Receita Federal de Julgamentos.

Discussões relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), no tocante a (i) aproveitamento de prejuízos fiscais, sem quaisquer restrições de quantidade ou temporais, na apuração do lucro real, para cálculo do IRPJ e da CSLL, e (ii) crédito tributário decorrente do lucro inflacionário acumulado realizado a menor, bem como, juros sobre capital próprio adicionados a menor na apuração do lucro real. Os processos encontram-se em curso no Tribunal Regional Federal e aguardando julgamento de recurso no Conselho de Contribuintes.

Discussões relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no tocante a valores supostamente devidos sobre operações de exportações intermediadas por empresas controladas no exterior, realizadas nos anos de 1999 a 2002, que no entender do fisco caracterizam uma operação simulada. Os processos encontram-se aguardando julgamento dos recursos no Conselho de Contribuintes (1999 e 2000) e julgamento das impugnações na Delegacia da Receita Federal de Julgamentos (2001 e 2002).

Discussão relativa ao Crédito-Prêmio IPI, no tocante a aproveitamento do crédito nas exportações, supostamente indevido em decorrência de perda do incentivo por encerramento do Programa BEFIEX, estando o processo aguardando julgamento na Câmara Superior de Recursos.

A controlada Ciferal Indústria de Ônibus Ltda teve contra si, auto de infração lavrado pela Secretaria do Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, para cobrança de ICMS nas operações de saída interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto. A Ciferal teria, segundo o fiscal de rendas, aplicado indevidamente a alíquota interestadual a menor, deixando de recolher valores a título de ICMS. A Companhia não constitui provisão para contingência em relação a tal processo, por considerar indevido o tributo objeto da autuação, tendo inclusive respaldo na tributação aplicada, com base em resposta à consulta formulada junto à própria Secretaria da Fazenda daquele Estado.

c) Contingências previdenciárias

Discussão junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativo a notificação através da qual o INSS pretende estender a cobrança de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados aos empregados a título de auxílio doença. O Processo encontra-se aguardando julgamento no Tribunal Regional Federal.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

Contingências ativas

O demonstrativo na data-base de 31 de dezembro de 2007 e 2006 contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião dos assessores jurídicos, é abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

Natureza do Ativo <u>Contingente</u>	2007		2006	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	Provável	Possível	Provável	Possível
a) Tributário	69.300	11.410	44.424	14.296
b) Previdenciário	2.330	1.200	3.183	-
Total :	71.630	12.610	47.607	14.296

a) Contingências tributárias

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): ações objetivando o direito de assegurar (i) a manutenção e utilização através de ressarcimento, dos créditos decorrentes de estímulos fiscais de IPI cujo incentivo, considerados de natureza setorial teriam sido extintos em outubro/90 pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e portanto, não mais reconhecidos pela Fazenda, (ii) a correção monetária dos ressarcimentos de créditos feitos em atraso pela Fazenda, (iii) a manutenção do Crédito Presumido do IPI como ressarcimento das contribuições do PIS e da COFINS, incidentes nos insumos utilizados na fabricação de produtos exportados, suspenso nos três últimos trimestres de 1999, e (iv) a manutenção e ressarcimento do Crédito-Prêmio IPI sobre as exportações, instituído pelo DL nº 491/69 e reduzido gradativamente até sua extinção. Os processos aguardam julgamento nos Superiores Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais.

Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): ações objetivando reconhecer o direito de (i) recolher o Pis e a Cofins sobre o faturamento, sem a inclusão de outras receitas e sem o aumento de alíquotas, (ii) o ressarcimento das diferenças dos depósitos judiciais resultantes da aplicação dos índices de correção monetária, defasados em relação aos índices reais e oficiais da inflação, (iii) exclusão do ICMS e do ISS da base de cálculo das contribuições do Pis e da Cofins. Os processos encontram-se aguardando julgamento nos Tribunais Regionais Federais.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): ações objetivando (i) a dedução da própria CSLL e do IRPJ na apuração do lucro real, para cálculo da CSLL, (ii) exclusão das receitas de exportação no lucro tributado pela CSLL e CPMF, (iii) aproveitamento de prejuízos fiscais, sem quaisquer restrições de quantidade ou temporais, na apuração do lucro real, para cálculo do IRPJ e da CSLL, (iv) dedução da correção monetária relativa aos ressarcimentos do IPI, na base do IRPJ e da CSLL. Os processos encontram-se aguardando julgamento nos Tribunais Regionais Federais.

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): ação objetivando a não incidência de IOF e IRRF em operações de mútuos e respectivos rendimentos, efetuadas entre as empresas do mesmo grupo. O processo encontra-se aguardando

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

juízo no Tribunal Regional Federal.

Empréstimo Compulsório Eletrobrás: ação objetivando a restituição do empréstimo compulsório efetuado à Eletrobrás. Processo aguardando cálculos de atualização e execução de sentença, em andamento no Superior Tribunal de Justiça.

b) Contingências previdenciais

A Companhia é autora de ação judicial contra o INCRA sobre folha de salários, o qual está aguardando julgamento de recurso de apelação apresentado pelas autoras no TRF 1ª Região à sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da mesma.

14 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora principal da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo S.A. (principal), Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda., Marcopolo Trading S.A., MVC Componentes Plásticos Ltda., Polo Serviços em Plásticos Ltda., Banco Moneo S.A. e Fundação Marcopolo. No exercício foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 5.241 (R\$ 4.411 em 2006). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de “benefícios definidos” onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de “contribuição definida” onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, a Companhia optou, com base em laudo atuarial, por contabilizar no final do exercício de 2001 o déficit (superávit) do plano contra lucros acumulados sob o título de “ajustes do exercício anterior”. Na data base de 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(114.066)	(102.323)
Valor justo dos ativos do plano	101.414	83.370
Valor líquido do (ganhos) ou perdas não reconhecidas no balanço	(548)	2.645
Incorporação da Pólo Serviços em Plástico	-	(123)
Passivo líquido	<u>(13.200)</u>	<u>(16.431)</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

	<u>Controladas</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(2.068)	(1.469)
Valor justo dos ativos do plano	1.838	1.200
Valor líquido do (ganhos) ou perdas não reconhecidas no balanço	<u>986</u>	<u>928</u>
Ativo líquido	<u>756</u>	<u>659</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(116.134)	(103.792)
Valor justo dos ativos do plano	103.252	84.570
Valor líquido do (ganhos) ou perdas não reconhecidas no balanço	438	3.573
Incorporação da Pólo Serviços em Plástico	-	(123)
Não reconhecimento do ativo por controladas (*)	<u>(756)</u>	<u>(659)</u>
Passivo líquido	<u>(13.200)</u>	<u>(16.431)</u>

(*) em observação às restrições estabelecidas no parágrafo 49, letra g, da Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000.

A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Passivo líquido no início do exercício	(16.431)	(19.024)	(16.431)	(19.024)
Despesas no ano	(1.708)	(1.409)	(1.913)	(1.595)
Contribuições reais da empresa no ano	4.911	4.124	5.241	4.411
Incorporação da Polo Serviços em Plásticos	-	(122)	-	(122)
Outros	<u>28</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>	<u>(101)</u>
Passivo líquido no final do exercício	<u>(13.200)</u>	<u>(16.431)</u>	<u>(13.200)</u>	<u>(16.431)</u>

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Despesas	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Custo de serviço corrente	3.377	2.930	3.584	3.116
Custo dos juros	9.297	9.268	9.448	9.382
Rendimento efetivo dos ativos do plano	(10.605)	(10.430)	(10.790)	(10.580)
Amortização de perdas atuariais	-	-	40	36
Contribuições de funcionários	<u>(361)</u>	<u>(359)</u>	<u>(369)</u>	<u>(359)</u>
Total das despesas do ano	<u>1.708</u>	<u>1.409</u>	<u>1.913</u>	<u>1.595</u>

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido e,
- ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

A parcela que exceder os limites será amortizada anualmente, dividindo-se o seu montante pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado, para os empregados participantes do plano.

As principais premissas atuariais na data do balanço são :

Hipóteses econômicas:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
	% a.a.	% a.a.
Taxa de desconto em	9.20	9.20
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10.43	12.56
Aumentos salariais futuros	7.12	7.12
Inflação	4.00	4.00

Hipóteses demográficas:

Tábua de mortalidade	AT 1983
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

15 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ativo				
Provisão para assistência técnica	13.956	11.300	14.967	12.010
Provisão para comissões	7.449	4.851	9.424	5.603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.093	1.460	3.062	3.810
Provisão participação nos resultados	16.643	13.697	17.467	13.697
Provisão para contingências	32.674	32.748	42.648	40.925
Provisão sobre avais com terceiros	11.980	18.381	12.455	19.065
Provisão para perdas nos estoques	985	5.539	985	5.630
Provisões temporárias	13.177	2.766	13.177	2.766
Outras provisões	658	643	1.512	643
Prejuízo fiscal para IRPJ e base negativa de contribuição social	-	-	8.253	21.619
Base de cálculo	98.615	91.385	123.950	125.768
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>33.529</u>	<u>31.071</u>	<u>42.143</u>	<u>42.761</u>
Parcela de curto prazo	<u>22.420</u>	<u>31.071</u>	<u>27.806</u>	<u>40.425</u>
Parcela de longo prazo	<u>11.109</u>	<u>-</u>	<u>14.337</u>	<u>2.336</u>

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais, na controladora e consolidado, está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2008	22.420	27.806
2009	<u>11.109</u>	<u>14.337</u>
	<u>33.529</u>	<u>42.143</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Conciliação				
Lucro antes dos impostos e participações	157.789	145.581	187.685	171.363
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(41.761)	(32.164)	-	(1.469)
Juros sobre capital próprio	(34.523)	(36.999)	(34.523)	(36.999)
Incentivo fiscal PDI	(19.315)	(14.853)	(19.315)	(14.853)
Outras adições (exclusões)	(525)	(5.618)	4.527	12.962
Base de cálculo	61.665	55.947	138.374	131.004
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(37.079)	(32.969)	(66.287)	(59.492)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>16.113</u>	<u>13.947</u>	<u>19.240</u>	<u>14.951</u>

16 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

O capital social autorizado é de 2.000.000.000 ações, sendo 800.000.000 ações ordinárias e 1.200.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2007, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 224.225.021 (224.225.021 em 31 de dezembro de 2006) ações nominativas, sendo 85.406.436 ordinárias e 138.818.585 preferenciais, sem valor nominal.

b. Reservas

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reservas estatutárias*

a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 **Em milhares de reais**

- b) o saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

Reserva para futuro aumento de capital, para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social;

Reserva para pagamento de dividendos intermediários, para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no Parágrafo 1º do Artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social;

Reserva para compra das próprias ações, a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

c. Ações em Tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 484.613 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 6,94 (em reais um) por ação, tendo apresentado custo mínimo de R\$ 4,77 (em reais um) e custo máximo de R\$ 8,24 (em reais um) por ação. O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 3.362. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

17 Juros sobre o capital próprio - Lei n.º 9.249/95 e dividendos

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 34.523 (R\$ 36.999 em 2006) a serem pagos a partir de 28 de março de 2008, na razão de R\$ 0,1543 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 11.738 (R\$ 12.580 em 2006), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia creditou dividendos antecipados por conta do presente exercício, no valor de R\$ 40.497 a serem pagos a partir de 28 de março de 2008, a razão de R\$ 0,1810 por ação representativa do capital social da Companhia,

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

aprovados em 14 de dezembro de 2007, pela Reunião do Conselho de Administração.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do exercício	130.262	120.528
Reserva legal (5%)	(6.514)	(6.026)
Realização da reserva de reavaliação	<u>97</u>	<u>97</u>
Base de cálculo para dividendos	123.845	114.599
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>30.961</u>	<u>28.650</u>
Juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo:		
Valor bruto	34.523	36.999
Imposto de renda na fonte (15%)	(5.178)	(5.550)
Imposto de renda na fonte - Retenção suspensa	<u>1.202</u>	<u>1.623</u>
Valor líquido dos juros creditados	30.547	33.072
Dividendos creditados antecipadamente	<u>40.497</u>	<u>13.422</u>
Valor líquido dos juros e dividendos creditados	<u>71.044</u>	<u>46.494</u>

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM 207/96.

18 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, a Companhia procedeu à avaliação dos valores de

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

mercado de seus instrumentos financeiros, na data base de 31 de dezembro de 2007, esta avaliação não indica valores de mercado significativamente diferentes dos valores contábeis reconhecidos.

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

a. Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos.

b. Mútuos a receber/pagar

As condições financeiras são equiparadas com as praticadas com terceiros.

c. Investimentos

Os valores de mercado para os investimentos são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não possuem cotação de mercado disponível.

d. Empréstimos e financiamentos

Os valores dos empréstimos e financiamentos foram recém adquiridos e os mesmos encontra-se com valores aproximados aos de mercado desses títulos.

e. Derivativos

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é com operações de *swap*, todas registradas na BM&F e envolvendo taxas prefixadas. Os contratos futuros de dólar da BM&F são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* de taxas de financiamentos. A Companhia não espera incorrer em perdas nessas operações além dos que já foram registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía operações de “forward” no Brasil no montante de US\$ 127.911 mil, com vencimentos entre janeiro de 2008 a agosto de 2008, com taxa de dólar pré-fixada entre R\$ 1,8118 (em reais um) e R\$ 2,0854 (em reais um), e operações de “forward” na África do Sul no montante de US\$ 17.134 mil, com vencimentos entre janeiro de 2008 a maio de 2008, com taxa de dólar pré-fixada entre Rande \$ 6,6348 (em rande um) e Rande \$ 7,4667 (em rande um).

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

f. Limitações

Os valores de mercado foram estimados em um momento específico, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar as estimativas apresentadas.

c. Risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia e de suas subsidiárias estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos montantes de R\$ 16.483 (controladora) e R\$ 30.262 (consolidado) (2006 - R\$ 9.641 e R\$ 28.956) representativos de 5,4% e 3,9%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e consolidado em aberto (2006 – 3,7% e 6,4%), para fazer face ao risco de crédito.

d. Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a sofrer variações, pois os seus passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também, à variação cambial.

e. Risco de preço

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 37,3% da receita da controladora e subsidiárias prevista para 2008, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração.

f. Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a sofrer significativas variações decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes.

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

A contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, tem por objetivo minimizar os riscos em operações, financiamentos e investimentos com moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

g. Risco de alteração na legislação tributária

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações decorrentes de alterações na legislação tributária que instituem novos impostos, majorem alíquotas ou restrinjam a realização de benefícios fiscais.

A partir de abril de 2008, alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido do Banco passará de 9% para 15%, por força da Medida Provisória nº 413, de 03 de janeiro de 2008

A Companhia e suas controladas atuam no acompanhamento e planejamento de suas operações para contemplar as alterações na legislação tributária com o objetivo de minimizar seus impactos na operação.

19 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Estoques e Almoxxarifados	Incêndio e riscos diversos	224.010	215.256
Prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	477.960	479.849
Veículos	Colisão, responsabilidade civil	<u>2.049</u>	<u>1.427</u>
		<u>704.019</u>	<u>696.532</u>

20 Avais, fianças e garantias

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2007, avais e/ou fianças no montante de R\$ 64.824 (R\$ 44.175 em 2006), e operações de vedor nas quais participa como interveniente garantidora no valor de R\$ 16.168 (R\$ 9.931 em 2006), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

21 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2007 em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2007 uma parcela, e o saldo em fevereiro de 2008.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo-EFIMAR, datado em 04 de abril de 2007, homologado no sindicato da categoria.

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Custo dos produtos e serviços vendidos	14.504	11.179	16.158	13.619
Despesas com vendas	3.479	2.567	3.505	2.590
Despesas de administração	<u>1.654</u>	<u>1.335</u>	<u>2.022</u>	<u>1.466</u>
	<u>19.637</u>	<u>15.081</u>	<u>21.685</u>	<u>17.675</u>

22 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos	6.489	2.227	15.677	9.421
Rendas de aplicações financeiras	42.349	45.885	50.358	48.179
Variação cambial	<u>95.588</u>	<u>126.572</u>	<u>106.058</u>	<u>128.757</u>
	<u>144.426</u>	<u>174.684</u>	<u>172.093</u>	<u>186.357</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	41.537	40.749	53.902	48.202
Variação cambial	48.930	86.400	58.126	88.550
Despesas bancárias	881	1.138	3.340	2.425
CPMF/IOF	<u>7.071</u>	<u>7.231</u>	<u>9.941</u>	<u>8.848</u>
	<u>98.419</u>	<u>135.518</u>	<u>125.309</u>	<u>148.025</u>
Resultado financeiro líquido	<u>46.007</u>	<u>39.166</u>	<u>46.784</u>	<u>38.332</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

23 Comparabilidade das informações consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, a partir do segundo trimestre de 2007, novas empresas passaram a incorporar os saldos contábeis das informações consolidadas; através da consolidação proporcional, tendo em vista o atendimento ao conceito de controle compartilhado definido na instrução CVM 247.

O quadro abaixo foi incluído com o intuito de apresentar os efeitos nos saldos contábeis destas novas consolidações de balanços:

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado sem San Marino</u>	<u>San Marino</u>
	<u>2007</u>	<u>2007</u>	<u>2007</u>
Ativo			
<u>Circulante</u>	<u>1.489.893</u>	<u>1.449.921</u>	<u>39.972</u>
Disponibilidades	146.879	143.757	3.122
Aplicações financeiras	348.646	348.604	42
Créditos	554.925	526.377	28.548
Estoques	229.820	226.066	3.754
Outras contas a receber	209.623	205.117	4.506
<u>Não circulante</u>	<u>556.777</u>	<u>538.500</u>	<u>18.277</u>
<u>Realizável a longo prazo</u>	<u>287.852</u>	<u>287.826</u>	<u>26</u>
Aplicações financeiras	71.067	71.067	-
Créditos	196.001	196.001	-
Outras contas a receber	20.784	20.758	26
<u>Permanente</u>	<u>268.925</u>	<u>250.674</u>	<u>18.251</u>
Total do ativo	<u>2.046.670</u>	<u>1.988.421</u>	<u>58.249</u>
	<u>2007</u>	<u>2007</u>	<u>2007</u>
Passivo			
<u>Circulante</u>	<u>903.583</u>	<u>867.552</u>	<u>36.031</u>
Instituições financeiras	417.496	403.184	14.312
Fornecedores	197.979	184.990	12.989
Outras contas a pagar	288.108	279.378	8.730
<u>Não circulante</u>	<u>542.703</u>	<u>524.866</u>	<u>17.837</u>
<u>Exigível a longo prazo</u>	<u>542.703</u>	<u>524.866</u>	<u>17.837</u>
Instituições Financeiras	473.059	455.787	17.272
Outras contas a pagar	69.644	69.079	565

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

<u>Participação minoritários</u>	<u>7.836</u>	<u>7.836</u>	=
<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>592.548</u>	<u>588.167</u>	<u>4.381</u>
Total do passivo	<u>2.046.670</u>	<u>1.988.421</u>	<u>58.249</u>
	<u>2007</u>	<u>2007</u>	<u>2007</u>
Demonstrativo de Resultado			
Receita Líquida	2.129.164	2.052.562	76.602
Custo dos prod. vendidos	(1.766.616)	(1.706.358)	(60.258)
Lucro Bruto	362.548	346.204	16.344
Despesas com vendas	(129.042)	(118.722)	(10.320)
Despesas de administração	(79.405)	(77.258)	(2.147)
Resultado financeiro	46.784	48.544	(1.760)
Outras receitas e despesas operacionais	(20.774)	(20.818)	44
Lucro Operacional	180.111	177.950	2.161
Resultado não operacional	7.574	7.574	-
Imposto renda e contribuição social	(47.047)	(46.744)	(303)
Participação Adm.	(6.561)	(6.561)	-
Participação minoritários	(1.782)	(1.782)	-
Lucro líquido do período	<u>132.295</u>	<u>130.437</u>	<u>1.858</u>

24 Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento.

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ativo						
<u>Circulante</u>	<u>1.489.893</u>	<u>1.162.336</u>	<u>1.346.849</u>	<u>1.075.385</u>	<u>143.044</u>	<u>86.951</u>
Disponibilidades	146.879	40.065	146.331	39.901	548	164
Aplicações financeiras	348.646	400.479	314.277	379.468	34.369	21.011
Créditos	554.925	344.548	448.905	279.847	106.020	64.701
Estoques	229.820	191.257	229.820	191.257	-	-
Outras contas a receber	209.623	185.987	207.516	184.912	2.107	1.075
<u>Não circulante</u>	<u>556.777</u>	<u>277.206</u>	<u>368.252</u>	<u>214.033</u>	<u>188.525</u>	<u>63.173</u>
<u>Realizável a longo prazo</u>	<u>287.852</u>	<u>87.204</u>	<u>99.445</u>	<u>24.128</u>	<u>188.407</u>	<u>63.076</u>
Aplicações financeiras	71.067	-	71.067	-	-	-

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

Créditos	196.001	78.547	7.610	15.471	188.391	63.076
Outras contas a receber	20.784	8.657	20.768	8.657	16	-
<u>Permanente</u>	<u>268.925</u>	<u>190.002</u>	<u>268.807</u>	<u>189.905</u>	<u>118</u>	<u>97</u>
Total do ativo	<u>2.046.670</u>	<u>1.439.542</u>	<u>1.715.101</u>	<u>1.289.418</u>	<u>331.569</u>	<u>150.124</u>
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Passivo						
<u>Circulante</u>	<u>903.583</u>	<u>563.934</u>	<u>802.628</u>	<u>509.830</u>	<u>100.955</u>	<u>54.104</u>
Instituições financeiras	417.496	221.304	332.247	172.912	85.249	48.392
Fornecedores	197.979	109.885	197.979	109.885	-	-
Outras contas a pagar	288.108	232.745	272.402	227.033	15.706	5.712
<u>Não circulante</u>	<u>542.703</u>	<u>332.332</u>	<u>375.795</u>	<u>292.241</u>	<u>166.908</u>	<u>40.091</u>
<u>Exigível a longo prazo</u>	<u>542.703</u>	<u>332.332</u>	<u>375.795</u>	<u>292.241</u>	<u>166.908</u>	<u>40.091</u>
Instituições Financeiras	473.059	303.850	306.151	263.759	166.908	40.091
Outras contas a pagar	69.644	28.482	69.644	28.482	-	-
<u>Participação minoritários</u>	<u>7.836</u>	<u>7.295</u>	<u>7.836</u>	<u>7.295</u>	-	-
<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>592.548</u>	<u>535.981</u>	<u>528.842</u>	<u>480.052</u>	<u>63.706</u>	<u>55.929</u>
Total do passivo	<u>2.046.670</u>	<u>1.439.542</u>	<u>1.715.101</u>	<u>1.289.418</u>	<u>331.569</u>	<u>150.124</u>
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Demonstrativo de Resultado						
Receita Líquida	2.129.164	1.750.285	2.107.972	1.735.516	21.192	14.769
Custo dos prod. vendidos	(1.766.616)	(1.420.545)	(1.766.616)	(1.420.545)	-	-
Lucro Bruto	362.548	329.740	341.356	314.971	21.192	14.769
Despesas com vendas	(129.042)	(111.971)	(124.491)	(110.374)	(4.551)	(1.597)
Despesas de administração	(79.405)	(72.837)	(76.150)	(69.610)	(3.255)	(3.227)
Resultado financeiro	46.784	38.332	46.784	38.332	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	(20.774)	(10.860)	(19.705)	(10.860)	(1.069)	-
Lucro Operacional	180.111	172.404	167.794	162.459	12.317	9.945
Resultado não operacional	7.574	(1.041)	7.574	(1.041)	-	-
Imposto renda e contribuição social	(47.047)	(44.541)	(42.883)	(41.169)	(4.164)	(3.372)
Partic. Dos administradores	(6.561)	(6.031)	(6.561)	(6.031)	-	-
Participação minoritários	(1.782)	50	(1.782)	50	-	-
Lucro líquido do período	<u>132.295</u>	<u>120.841</u>	<u>124.142</u>	<u>114.268</u>	<u>8.153</u>	<u>6.573</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

25 Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio – Método indireto.

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado do exercício	132.295	120.841	126.078	114.268	6.217	6.573
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	33.409	29.863	33.377	29.842	32	21
Resultado na venda de ativos permanentes	5.699	6.297	5.699	6.297	-	-
Equivalência patrimonial	-	(1.469)	-	(1.469)	-	-
Provisão para riscos de créditos	1.306	(2.229)	(966)	(3.585)	2.272	1.356
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(19.240)	(14.951)	(19.240)	(14.951)	-	-
Juros e variações apropriadas	14.884	28.588	14.260	28.588	624	-
Variação cambial de imobilizações no	3.587	3.619	3.587	3.619	-	-
Participações minoritárias	541	(541)	541	(541)	-	-
Variações nos ativos e passivos						
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(311.486)	(71.980)	(142.580)	1.111	(168.906)	(73.091)
(Aumento) redução em outras contas a receber	(24.730)	34.771	(23.698)	35.761	(1.032)	(990)
(Aumento) redução nos estoques	(36.514)	17.558	(36.514)	17.558	-	-
Aumento (redução) em fornecedores	81.129	9.819	81.129	9.819	-	-
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	<u>75.083</u>	<u>(25.108)</u>	<u>63.524</u>	<u>(25.942)</u>	<u>11.559</u>	<u>834</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	<u>(44.037)</u>	<u>135.078</u>	<u>105.197</u>	<u>200.375</u>	<u>(149.234)</u>	<u>(65.297)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aumento de capital em controladas	(37.500)	(41)	(37.500)	(27.941)	-	27.900
Aplicações financeiras – não circulante	(71.067)	-	(71.067)	-	-	-
Compras de imobilizado	<u>(72.139)</u>	<u>(40.404)</u>	<u>(72.086)</u>	<u>(40.366)</u>	<u>(53)</u>	<u>(38)</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas na) atividades de investimentos	<u>(180.706)</u>	<u>(40.445)</u>	<u>(180.653)</u>	<u>(68.307)</u>	<u>(53)</u>	<u>27.862</u>
(Aumento) redução partes relacionadas	5.726	1.915	5.747	1.915	(21)	-
Empréstimos tomadas	1.057.325	832.233	894.275	783.514	163.050	48.719
Pagamentos de empréstimos e juros	(734.656)	(853.666)	(734.656)	(853.666)	-	-
Redução nos juros sobre capital próprio	(50.421)	(38.629)	(50.421)	(38.629)	-	-
Ações em tesouraria	<u>(708)</u>	<u>1.451</u>	<u>(708)</u>	<u>1.451</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	<u>277.266</u>	<u>(56.696)</u>	<u>114.237</u>	<u>(105.415)</u>	<u>163.029</u>	<u>48.719</u>
Aumento (redução) nas disponibilidades	<u>52.523</u>	<u>37.937</u>	<u>38.781</u>	<u>26.653</u>	<u>13.742</u>	<u>11.284</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades

No início do exercício	440.544	402.607	419.369	392.716	21.175	9.891
De controladas adquiridas no exercício	2.458	-	2.458	-	-	-
No fim do exercício	<u>495.525</u>	<u>440.544</u>	<u>460.608</u>	<u>419.369</u>	<u>34.917</u>	<u>21.175</u>
Aumento (redução) nas disponibilidades	<u>52.523</u>	<u>37.937</u>	<u>38.781</u>	<u>26.653</u>	<u>13.742</u>	<u>11.284</u>

26 Eventos subsequentes.

a) Fato relevante

A MARCOPOLO S.A. (MARCOPOLO) e o grupo METALPAR CHILE (METALPAR CL) assinaram, em Buenos Aires, Argentina, um Contrato de Compra e Venda de ações de emissão da empresa LOMA HERMOSA S.A., sociedade holding controlada 100% pelo grupo METALPAR CL.

Com a efetivação dessa aquisição, a MARCOPOLO passará a deter 1% do capital social da METALPAR ARGENTINA S.A. (METALPAR AR), e 32,65% do capital social da LOMA HERMOSA, holding essa que, por sua vez, detém 98% do capital social da METALPAR AR. Considerando que pela legislação Argentina a referida aquisição de ações implica em abertura de processo junto a autoridade antitruste local (Comisión Nacional de Defensa de La Competência), ficou estabelecido que, embora o contrato a ser firmado deva ter efeito a partir de 01 de janeiro de 2008, a efetiva transferência das ações de emissão da LOMA HERMOSA para a MARCOPOLO realizou-se no dia 24 de janeiro de 2008 mediante protocolo do referido processo junto a autoridade local.

b) Alteração da Lei das Sociedades por ações para 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações, quanto a determinadas práticas contábeis, escrituração e elaboração das demonstrações financeiras, a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008. Considerando a extensão e complexidade das alterações promovidas pela referida Lei, a administração está avaliando seus reflexos na Companhia, ao tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para a aplicação da Lei.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

27 Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”).subseqüentes.

Em atendimento ao regulamento do Nível II de Governança Corporativa, emitido pela BOVESPA, são apresentadas abaixo, pela primeira vez, a reconciliação entre o patrimônio líquido e o resultado do exercício determinado seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”

27.1 – Descrição da transição para o IFRS

As informações financeiras consolidadas em IFRS, foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras societárias da Companhia, preparadas segundo BRGAAP, cujas bases estão descritas na Nota 2.

As demonstrações financeiras pelo exercício findo em 31 de dezembro de 2007 são as demonstrações financeiras do primeiro exercício social para o qual foram preparadas reconciliações do patrimônio líquido e do resultado para IFRS.

Na preparação da reconciliação de patrimônio líquido e resultado para IFRS foi aplicada a IFRS 1 – “Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Contabilidade”.

A data de 1º de janeiro de 2006 foi definida como a data de transição para fins de preparação das reconciliações de patrimônio líquido e resultado do exercício para IFRS. Não obstante, em conformidade com IFRS 1, as primeiras demonstrações financeiras em IFRS de uma entidade são aquelas demonstrações financeiras anuais nas quais a entidade adota os IFRS por meio de uma afirmação explícita e sem qualificações de que tais demonstrações foram preparadas cumprindo os IFRS. Uma reconciliação de patrimônio líquido e de resultado não é uma demonstração financeira completa e, por tanto, uma reconciliação não é considerada uma demonstração financeira preparada conforme IFRS. Adicionalmente, no futuro, quando a Companhia prepare as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com IFRS, não pode ser eliminada a possibilidade que os valores apresentados na reconciliação tenham que ser ajustados por motivos como, por exemplo, que a data de transição para IFRS não seja a data utilizada para preparar esta reconciliação ou que normas contábeis e interpretações novas ou adicionais tenham sido emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) que possam impactar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, existem diferenças entre BR GAAP e IFRS que afetam a divulgação de informação nas demonstrações financeiras tais como divulgação de informação específica sobre ativos financeiros, divulgações de informações por segmentos, e outras. Tais diferenças de divulgação não estão sendo apresentadas nesta reconciliação de patrimônio líquido e resultado.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

O IFRS 1 permite certas exceções obrigatórias para a completa aplicação retrospectiva de certas normas. Todas as IFRS em vigor nesta data, nas suas últimas versões, foram aplicadas na elaboração da reconciliação de patrimônio líquido e resultado para os exercícios sociais apresentados, de forma retrospectiva, exceto pelas isenções opcionais e pelas exceções obrigatórias ao tratamento retrospectivo adotadas pela Companhia, conforme descrito abaixo.

27.1.1 - Isenções opcionais adotadas pela Companhia ao tratamento retrospectivo das normas

A Companhia adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

Isenção para combinação de negócios: a Companhia optou por não remensurar as aquisições de negócios ocorridas antes da data de transição para IFRS de acordo com o IFRS 3; portanto, os ágios oriundos de aquisições anteriores a esta data foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados em 31 de dezembro de 2005, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Para as aquisições de negócios posteriores a 1º de janeiro de 2006 foram consideradas as normas do IFRS 3 na preparação da reconciliação de patrimônio líquido e resultado.

Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor de imobilizado, corrigido monetariamente de acordo com o estabelecido no IAS 21 e IAS 29.

Isenção para mensuração dos benefícios a empregados: a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios a empregados na data de transição do IFRS contra lucros acumulados. A partir desta data, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado, o maior.

Isenção para apresentação dos ajustes acumulados de conversão cambial: a Companhia optou por apresentar os efeitos acumulados na data de transição para IFRS, decorrentes de conversão de demonstrações financeiras de controladas e investidas com moeda funcional diferente dos reais (moeda de apresentação do relatório da Companhia), como lucros acumulados no balanço de abertura. A partir da data de transição do IFRS, a Companhia reconheceu os ajustes de conversão diretamente em conta específica do patrimônio líquido.

Isenção relativa à mensuração dos instrumentos financeiros compostos: a Companhia não possui instrumentos financeiros compostos na data de transição do IFRS ou em datas anteriores que possam ter um efeito na data de transição.

Isenção relativa ao reconhecimento de participação em controladas, empresas com controle compartilhado e associadas: as controladas, empresas com controle compartilhado e associadas da Companhia, na data de transição, não apresentaram demonstrações financeiras em IFRS; desta forma a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para IFRS, para todas as suas controladas, joint ventures e associadas.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros: a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com IAS 32 e IAS 39 na data de transição do IFRS. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS.

27.1.2 - Exceções obrigatórias adotadas pela Companhia ao tratamento retrospectivo das normas

Não foram identificados impactos nas informações financeiras consolidadas da Companhia em decorrência da aplicação das exceções obrigatórias previstas no IFRS 1.

27.2 – Descrição narrativas das diferenças apresentadas na reconciliação entre IFRS e o BRGAAP

a) Consolidação proporcional : de acordo com o IFRS, um investidor deve contabilizar seu investimento considerando o tipo de *joint venture*: operações, ativos e entidades com controle compartilhado. O tipo mais comum de *joint venture* é a entidade controlada em conjunto. Para tais entidades, os investidores incluem em suas demonstrações financeiras consolidadas a sua participação no investimento, utilizando o método de equivalência patrimonial ou mesmo a consolidação proporcional. A companhia adotou como política para fins de apresentação da reconciliação para IFRS a equivalência patrimonial para as *joint ventures*. Nos demais casos, enquadra-se no conceito de uma controlada para fins de consolidação integral.

De acordo com o BRGAAP, entidades com controle compartilhado devem ser consolidadas proporcionalmente. Os componentes de ativo e passivo, as receitas e gastos das sociedades com controle compartilhado são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social.

As joint-ventures que foram consolidadas proporcionalmente em BRGAAP e que para fins da reconciliação com IFRS são apresentadas pelo método de equivalência patrimonial são:

- Pólo Plastic Component;
- Russian Busses Marco;
- San Marino Ônibus e Implementos Ltda;
- Spheros Climatização de Brasil S.A;
- Superpolo S.A .;
- Tata Marcopolo Motors Limitd;
- Wsul Espumas Industriais Ltda.

b) Combinações de negócios: de acordo com o IFRS, é aplicado o método de compra. O custo da combinação de negócios deve ser medido pelo valor justo, na data da aquisição. A entidade compradora deve alocar, na data da combinação, o custo da aquisição (incluindo os custos diretos com a transação) reconhecendo contabilmente: os ativos adquiridos identificados e os passivos e passivos contingentes assumidos, valorizados pelo valor justo, que cumpram os critérios específicos de reconhecimento contábil, mesmo quando alguns deles não tenham sido reconhecidos previamente pela sociedade adquirida em suas posições contábeis.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Quando o custo da aquisição for superior ao valor justo da participação da entidade compradora no saldo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida, a entidade compradora reconhece contabilmente um ágio originado da transação, referente a tal diferença. O ágio e outros ativos intangíveis com prazo de vida útil indefinido não são amortizados. Seu valor de recuperação deve ser avaliado no mínimo uma vez por ano, e também sempre que haja um indicador de que o valor do ativo possa não ser recuperado pela entidade. Quando o valor recuperável do ágio ou de qualquer outro ativo for inferior ao valor contábil, deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício.

Se a participação da entidade compradora no valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida forem superiores ao custo de aquisição, o excesso (deságio) deve ser inicialmente revisado, de modo a verificar se os valores justos atribuídos a ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos foram adequadamente identificados e valorizados. Se, depois desse exercício de revisão, for concluído que um deságio foi originado da transação, o mesmo deve ser reconhecido como um ganho, imediatamente no resultado do exercício. A participação dos sócios minoritários nos ativos líquidos adquiridos deve ser registrada por seu valor justo na data da aquisição apresentada em conta específica dentro do patrimônio líquido.

De acordo com o BRGAAP, foram adotadas as seguintes práticas: o ágio ou deságio é calculado pela diferença simples entre o valor de aquisição e o patrimônio líquido contábil da entidade adquirida. O enfoque de valor justo não é geralmente utilizado. O ágio pode ser atribuído a: maior valor dos ativos (geralmente imobilizado), que é incorporado ao valor dos mesmos e passa a ser amortizado na mesma vida útil, rentabilidade futura ou outros motivos. O ágio com fundamento em rentabilidade futura deve ser amortizado com base nas projeções de resultados futuros, por período não superior a dez anos, exceto quando corresponda a direitos de exploração ou concessão pelo poder público em cujo caso será amortizado no prazo da concessão. O ágio sem fundamento econômico deve ser diminuído do resultado como perda no momento da compra e o deságio sem fundamento econômico deve ser reconhecido como ganho somente pela baixa ou extinção do investimento. O BRGAAP não prevê a contabilização dos custos da transação como parte do preço de aquisição. A participação dos acionistas minoritários é mantida pelo custo.

Apresentamos para as combinações de negócios posteriores a 1º de janeiro de 2006 as diferenças entre a alocação do preço de compra conforme BR GAAP e conforme IFRS para fins desta reconciliação:

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

San Marino Ônibus e Implementos Ltda

A participação de 39,59% na empresa San Marino foi adquirida em 5 de março de 2007. A apuração do ágio de acordo com BRGAAP e IFRS encontra-se apresentado a seguir:

	BR GAAP	IFRS
Ativo circulante	72.038	72.038
Ativo não-circulante	36.255	47.913
Outros ativos	1.273	1.273
Imobilizado	34.982	44.018
Intangível	-	2.622
Passivo circulante	(74.576)	(74.576)
Passivo não-circulante	(27.231)	(32.958)
Ativos líquidos de passivos	6.486	15.039
% de participação comprada	39,59%	39,59%
Ativos líquidos de passivos, adquiridos	2.568	5.954
Total de preço de compra pago	37.500	37.500
Ágio	34.932	31.546

c) Instrumentos financeiros: segundo IFRS as aplicações financeiras devem ser apresentados nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é manter as aplicações até o vencimento e a entidade tem a capacidade de manter até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

A Companhia classificou todas as suas aplicações como disponíveis para negociação e são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os instrumentos financeiros derivativos para fins da reconciliação para IFRS tem sido valorizados ao seu valor justo da data de balanço com os ganhos e perdas reconhecidos no resultado. Nos períodos apresentados não foram classificados instrumentos derivativos como instrumentos que atendam as condições para “hedge accounting” para fins da reconciliação com IFRS.

De acordo com o BRGAAP, as aplicações financeiras são registradas por seus valores de custo, acrescidas dos rendimentos obtidos até a data das demonstrações financeiras, conforme as taxas acordadas com as instituições financeiras, e não superam o valor de mercado. Tal critério difere da valorização por valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos em BR GAAP não são

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

contabilizados ao seu valor justo mais aos valores atualizados conforma as taxas contratuais (“curva”).

d) Capitalização de juros no imobilizado: para fins de IFRS a Companhia agrega ao custo do imobilizado em andamento os juros incorridos sobre empréstimos considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização.

De acordo com o BRGAAP, a capitalização dos custos financeiros incorridos é contabilizada durante o período de construção dos bens do ativo fixo somente se a dívida financeira está diretamente vinculado ao ativo imobilizado em construção. A partir do exercício de 2007 as práticas contábeis estão equiparadas.

e) Benefícios a empregados: As práticas contábeis relacionadas aos benefícios a empregados em IFRS, encontram-se descritas na Nota 27.1.1 “Isenção para mensuração dos benefícios a empregados”.

As práticas contábeis relacionadas aos benefícios a empregados em BRGAAP, são semelhantes ao IFRS, exceto pela data de apuração pela 1ª vez do passivo atuarial e pelos impactos relacionados a aplicação do conceito de corredor.

f) Perda de valor econômico de ativos (impairment) não financeiros: de acordo com o IFRS, existem normas específicas para analisar a recuperação de todos os ativos não financeiros exceto estoques, ativos originados por contratos de construção, imposto de renda diferido ativo, ativos relacionados com benefícios a empregados, entre outros. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia deve analisar se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontado (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ter sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a entidade deverá reconhecer uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment ou deterioração)

Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável deve ser registrada no resultado do período. Para os ativos reavaliados, a redução deve ser registrada na conta de excedente de reavaliação.

Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, deve ser realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

De acordo com o BRGAAP e com vigência até 31 de dezembro de 2007, não existe uma metodologia definida para medir o valor em uso dos ativos, não sendo requerido, ainda que permitido, o cálculo de fluxos de caixa descontados. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

Não foram identificadas diferenças na reconciliação do patrimônio líquido e do resultado pelos períodos apresentados decorrentes desta diferença de prática contábil.

g) Ativo diferido: de acordo com o IFRS, os gastos pré-operacionais não se enquadram na definição de um ativo intangível e devem ser contabilizados como gastos. Os custos incorridos para obter um ativo intangível gerado internamente, normalmente não são capitalizados.

De acordo com o BRGAAP, o ativo diferido corresponde a gastos pré-operacionais e com projetos em fase pré-operacional são contabilizados pelo custo. As amortizações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com taxas determinadas em função da produção dos projetos implantados com relação a suas capacidades instaladas.

h) Imposto de renda e contribuição social: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente, a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no IAS 12 método do passivo (“liability method”), sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos para fins de IFRS.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias podem ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados de acordo com o IFRS, os efeitos do imposto de renda devem ser refletidos nas Demonstrações Financeiras nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram tais efeitos forem contabilizados. As diferenças entre as bases contábeis (apresentadas nas posições contábeis) e fiscal (montante que será dedutível ou tributável para fins de imposto de renda) dos ativos e passivos são classificadas entre temporários e permanentes. O imposto de renda diferido ativo só deve ser inicialmente reconhecido na medida em que for provável que o mesmo será realizado contra ganhos tributáveis a serem gerados no futuro. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem sempre ser classificados como não-circulantes, e não devem ser descontados.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

De acordo com o BRGAAP, são reconhecidos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias na medida em que se considera provável sua realização e sempre que sejam atendidas as seguintes condições: (a) apresentar resultado tributável em pelo menos 3 dos últimos 5 anos e, (b) existir expectativa de resultados tributáveis futuros com base em um estudo de viabilidade que permita realizar o imposto diferido ativo em um prazo máximo de 10 anos (ou o prazo menor determinado pela legislação), considerando os resultados futuros pelo seu valor presente. São reconhecidos impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias, exceto quando correspondem a diferenças de valores de ativos não destinados à venda. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser classificados como correntes ou não-correntes em função de sua expectativa de realização.

i) Contabilização de dividendos e juros sobre capital próprio: de acordo com o IFRS, os dividendos propostos ou declarados depois da data do balanço mas antes da autorização para a divulgação das demonstrações financeiras não devem ser reconhecidos como passivos, a menos que se enquadrem na definição de passivo na data do balanço. Os juros sobre capital próprio são registrados, líquidos do benefício fiscal, diretamente no patrimônio líquido.

De acordo com o BRGAAP, deve ser contabilizado no balanço patrimonial, no encerramento do exercício, um passivo pelos dividendos propostos pela Administração que, posteriormente ao término do exercício, serão submetidos à consideração dos acionistas. O benefício fiscal gerado pelos juros sobre capital próprio, são apresentados, no BRGAAP, no resultado do exercício, reduzindo a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes.

j) Contabilização de variação cambial sobre investimentos no exterior: de acordo com o IFRS, a variação de taxas de câmbio sobre investimentos mantidos no exterior, bem como sobre o saldo de patrimônio líquido de empresas consolidadas com moeda funcional diferente da moeda funcional da empresa controladora, devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, numa conta específica chamada “Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira”.

De acordo com o BRGAAP, até 31 de dezembro de 2007, esta variação deve ser reconhecida no resultado do exercício, na linha de equivalência patrimonial. A partir de 2008, foi emitida norma contábil para aplicação no BRGAAP que eliminou esta diferença de prática contábil.

k) Incentivos fiscais: de acordo com o IFRS e BRGAAP, os incentivos fiscais recebidos pela Companhia se enquadram no conceito de receitas, visto que são entradas de recursos econômicos surgidos no curso normal dos negócios, que resultam num aumento do patrimônio líquido; portanto, tais incentivos são reconhecidos como receitas.

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

27.3 – Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre o IFRS e o BRGAAP

Reconciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Patrimônio líquido em BRGAAP (Incluindo minoritários)	600.384	543.276
- Reversão do ativo diferido (Nota 27.2 g))	(5.996)	(5.828)
- Benefícios a empregados (Nota 27.2 e))	319	(2.913)
- Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.2 c))	(510)	2.754
- Reversão de amortização de ágio ((Nota 27.2 b))	2.989	-
- Alocação preço de compra em combinação de negócios (Nota 27.2 c))	(1.037)	-
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 27.2 h))	1.440	2.036
- Outros ajustes	279	(96)
	<u>597.868</u>	<u>539.229</u>

Reconciliação do lucro líquido dos exercícios findo em 31 de dezembro

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido em BRGAAP	132.295	120.841
- Reversão do ativo diferido (Nota 27.2 g))	(168)	4.292
- Benefícios a empregados (Nota 27.2 e))	3.232	(13.080)
- Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.2 c))	(3.264)	1.740
- Reversão de amortização de ágio ((Nota 27.2 b))	2.989	-
- Alocação preço de compra em combinação de negócios (Nota 27.2 c))	(1.037)	-
- Contabilização de variação cambial sobre investimentos no exterior (Nota 27.2 j))	12.078	3.805
- Benefício fiscal gerado por juros sobre capital próprio (Nota 27.2 i))	(11.738)	(12.580)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 27.2 h))	(596)	2.396
- Outros ajustes	375	(36)
	<u>134.166</u>	<u>107.378</u>

Marcopolo S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

27.4 – Mutação do patrimônio líquido determinado conforme IFRS

Mutação do patrimônio líquido em IFRS dos exercícios findos em 31 de dezembro

	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Minoritários</u>	<u>Patrimônio líquido total</u>
Saldos em 1o de janeiro de 2006 (data de transição para IFRS)	464.751	7.836	472.587
Lucro líquido do período	107.328	50	107.378
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos no exercício, líquido do benefício de imposto de renda e contribuição social sobre os juros sobre capital próprio	(37.841)	-	(37.841)
Venda de ações em tesouraria	1.451	-	1.451
Contabilização de variação cambial sobre investimentos no exterior	(3.805)	-	(3.805)
Outras movimentações	(541)	-	(541)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	531.884	7.886	539.229
Lucro líquido do período	135.948	(1.782)	134.166
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos no exercício, líquido do benefício de imposto de renda e contribuição social sobre os juros sobre capital próprio	(63.282)	-	(63.282)
Compra de ações em tesouraria, líquido de vendas	(708)	-	(708)
Contabilização de variação cambial sobre investimentos no exterior	(12.078)	-	(12.078)
Outras movimentações	541	-	541
Saldos em 31 de dezembro de 2007	591.764	6.104	597.868

* * *